



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

FERNANDA ALVINO DOS SANTOS

EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DA UFPB

JOÃO PESSOA

2024

EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UANÁLISE DAS PRODUÇÕES DA UFPB

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Pedagogia da Universidade da Paraíba
(UFPB) como requisito para obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Robson Guedes da
Silva (DME/CE-UFPB).

JOÃO PESSOA
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237e Santos, Fernanda Alvino dos.

Educação para sexualidade e docência na educação infantil: uma análise das produções da UFPB / Fernanda Alvino dos Santos. - João Pessoa, 2024.
70 f. : il.

Orientação: Robson Guedes da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação para sexualidade. 2. Educação infantil.
3. Gênero e sexualidade. I. Silva, Robson Guedes da.
II. Título.

UFPB/CE

CDU 373.2(043.2)

**EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DA UFPB**

Aprovado em: 03/05/2024

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à **Coordenação de Graduação do Curso de Pedagogia** da UFPB, apresentado em sessão de defesa pública realizada em 03/05/2024, como requisito parcial para a obtenção do grau acadêmico de Licenciatura.



Prof.^o Dr. Robson Guedes da Silva - Orientador - DME/CE/UFPB



Prof.^a Dr. Lenilton Francisco de Assis - Avaliador Interno - DME/CE/UFPB

Prof.^a Mes.^a Mitz Helena de Souza Santos - Avaliadora Externa - DFSFE/CE/UFPE

João Pessoa (PB)

MAIO/2024

Dedico este trabalho a todos os sujeitos que estão à fronteira da normalidade, em constantes embates e interpelações à lógica dicotômica das manifestações de gênero e sexualidade. Vozes jamais caladas, mas sim retumbantes em seus atos de resistência.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Fernando Antônio dos Santos e Francilene de Fátima Alvino dos Santos, por todo o incentivo, suporte e conselhos ao longo da graduação.

À minha irmã, Eva Maria, e meus dois sobrinhos, Maria Caroline e Lucas Henrique, por sempre acreditar no meu potencial mesmo quando as dúvidas eram tantas.

Ao meu companheiro, Matheus Vinícius, que esteve por perto durante toda a construção deste trabalho, compreendeu meus anseios e foi parceiro do início ao fim.

Ao Programa Residência Pedagógica, que possibilitou uma experiência rica e significativa em sala de aula, além de ter proporcionado conexões ímpares e trocas especiais.

Às amigas Janaíra, Elaine, Natália, Jackline, Luíza e Thaís, companheiras de “luta” nessa jornada; os momentos de encontro e desabafos ajudaram a tornar todo este caminho mais leve.

Às professoras Fabrízia e Luciana, da EMEIEF Frei Albino, pelas conversas cheias de paixão e, também, consciência, do valor social de nossa profissão.

À preceptora Ludmilla, não apenas por ser nosso guia durante o desenvolvimento das atividades da Residência, mas em especial pelo acolhimento e puxões de orelha.

Ao orientador, Robson Guedes, pela oportunidade de integrar o ELÃ/UFPB e ter concordado em auxiliar neste estudo.

E se trans for mar, eu rio

E se trans for mar, água de torneira

E se trans for mar, eu rio

Contra a correnteza pra me lavar

*Eu matei o Júnior (Linn da Quebrada, Ventura
Profana)*

RESUMO

A educação para sexualidade é atravessada por uma gama de discursos e práticas, capazes de fomentar reformulações teóricas e debates, no sentido de reiterar ou interpelar conceitos referentes a gênero e sexualidade. Destarte, o presente estudo possui como objetivo geral analisar as produções acadêmicas realizadas em torno das narrativas de professoras de Educação Infantil em creches e escolas e discentes dos cursos de Pedagogia, Pedagogia à Distância, Educação do Campo e Psicopedagogia da UFPB no que concerne a educação para sexualidade. Almeja igualmente, apresentar as articulações entre a emergência da Infância - Philippe Ariès (1986), Neil Postman (1999), Michel Foucault (2018; 2020), Isabel Bujes (2001) - e a Educação Infantil a partir de uma contextualização histórica; analisar o debate em torno do gênero e sexualidade na infância com base em Guacira Lopes Louro (1997; 2000; 2001), Michel Foucault (2018; 2020), Constantina Xavier Filha (2015; 2021), dentre outros, acerca do poder e regulação; e identificar como as produções acadêmicas realizadas em torno das narrativas de professoras de Educação Infantil em creches e escolas e discentes do curso de Pedagogia, Pedagogia à Distância, Educação do Campo e Psicopedagogia aproximam-se ou se distanciam da discussão a respeito da educação para sexualidade. Para tal fim, o percurso metodológico adotado foi o Estado da Arte, pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. A coleta de dados se deu no Repositório Institucional da UFPB, no qual foram selecionados 10 trabalhos de Conclusão de Curso, feitos durante os anos de 2014-2021, de acordo com o objeto de análise. Através da pesquisa, verificou-se que, mesmo diante do número ainda pequeno, as discussões dos estudos analisados pontuaram a relevância da educação para sexualidade no contexto escolar, com ênfase na sua iniciação a partir da Educação Infantil, a fim de proporcionar às crianças um ambiente educacional propício às destabilizações da cisheteronormatividade, com vistas a acrescer o campo de possibilidades dos atos de resistência. Finalmente, os resultados asseguraram a necessidade de expandir o diálogo acerca da educação para sexualidade na formação inicial e continuada dos professores, bem como a sua inserção no cotidiano das instituições escolares, no que tange ao desmantelamento de um currículo arbitrário e binarista, e a abertura a novas formas de uma prática pedagógica cada vez mais alinhada ao subversivo.

Palavras-chave: Educação para sexualidade; Educação Infantil; Gênero e Sexualidade.

ABSTRACT

Education for sexuality is crossed by a range of discourses and practices, capable of fostering theoretical reformulations and debates, in the sense of reiterating or questioning concepts relating to gender and sexuality. Thus, the general aim of this study is to analyze the academic productions carried out around the narratives of Early Childhood Education teachers in nurseries and schools and students on the Pedagogy, Distance Pedagogy, Field Education and Psychopedagogy courses at UFPB with regard to sexuality education. It also aims to present the links between the emergence of Childhood - Philippe Ariès (1986), Neil Postman (1999), Michel Foucault (2018; 2020), Isabel Bujes (2001) - and Early Childhood Education from a historical context; analyze the debate around gender and sexuality in childhood based on Guacira Lopes Louro (1997; 2000; 2001), Michel Foucault (2018; 2020), Constantina Xavier Filha (2015; 2021), among others, about power and regulation; and to identify how the academic productions carried out around the narratives of Early Childhood Education teachers in nurseries and schools and students from the Pedagogy, Distance Pedagogy, Field Education and Psychopedagogy courses approach or distance themselves from the discussion about Education for Sexuality. To this end, the methodological approach adopted was the State of the Art, a qualitative bibliographical study. Data was collected from UFPB's Institutional Repository, in which 10 Course Conclusion papers were selected from the years 2014-2021, according to the object of analysis. Through the research, it was found that, even though the number is still small, the discussions of the studies analyzed pointed out the relevance of Education for Sexuality in the school context, with an emphasis on its initiation from Early Childhood Education, in order to provide children with an educational environment conducive to destabilizing cisheteronormativity, with a view to increasing the field of possibilities for acts of resistance. Finally, the results ensured the need to expand the dialog about Education for Sexuality in initial and continuing teacher training, as well as its insertion into the daily life of school institutions, in terms of dismantling an arbitrary and binarist curriculum, and opening up to new forms of pedagogical practice that are increasingly aligned with the subversive.

Keywords: Sexuality Education; Early Childhood Education; Gender and Sexuality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grupos.....

Quadro 2 – Produções acadêmicas.....

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
EI	Educação Infantil
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A EMERGÊNCIA DA INFÂNCIA.....	14
1.2 Infância, o novo dispositivo de poder.....	15
1.3 Pedagogização da infância.....	17
1.4 Mecanismos de poder e atos de resistência.....	20
2. O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE.....	21
2.1 Escola, currículo e pedagogias da Sexualidade.....	24
2.2 Os interditos curriculares, a Política de identidades e Educação para sexualidade.....	26
METODOLOGIA.....	35
3. ANÁLISES E RESULTADOS.....	37
3.1 Narrativas dos discentes.....	42
3.2 Narrativas das professoras.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66

INTRODUÇÃO

A fim de desnudar determinados pontos constitutivos dos discursos reguladores a respeito da infância, sexualidade e educação no espaço educacional, esta pesquisa propõe-se a analisar as produções acadêmicas em volta das narrativas de professoras da Educação Infantil e discentes dos cursos de Pedagogia, Pedagogia à Distância, Educação do Campo e Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba/UFPB acerca da educação para sexualidade.

A sexualidade está intrinsecamente conectada aos acontecimentos socioeconômicos, culturais e históricos da sociedade, na medida em que produz relações constituídas por uma rede de interações, sujeitas a regimes, tecnologia de poder e reiterações constantes (Lira, 2008, p. 318). Outro aspecto relevante de ser citado compreende a mutabilidade e intencionalidade dos processos sexuais dos indivíduos; a constituição da sexualidade humana está atravessada de experiências e significações, valores e expressões, as quais operam no sentido de produzir uma vontade de saber (Foucault, 2020), que possam constituir regimes de verdade, contradições e regulamentar o sujeito, por meio da ação de dispositivos de poder. A noção de infância, nessa lógica, fabrica um sujeito infantil, a partir das articulações entre instituições e os discursos elaborados, com vistas a agir sobre a criança e acompanhar cada passo dado no interior das creches/escolas.

A construção do debate a respeito da educação para sexualidade na infância é permeada por diversas disputas de poder, movidas por fatores de ordem política e moral. No Brasil, a discussão foi orientada por meio de algumas abordagens, criadas e supostamente superadas, ao longo dos anos. Assim, certas perspectivas, tanto as subversivas quanto as conservadoras, coexistiram e seguem em um cenário parecido, e introjetam no discurso do sujeito determinadas percepções acerca da condução de temas considerados “sensíveis” ou até inapropriados a ser tratados com crianças pequenas. Deste modo, ignoram-se as possibilidades de dúvidas e questionamentos comuns à etapa ao se referir a sexualidade e, através do acionamento de um conjunto de práticas de regulação do sujeito, visa modular o comportamento infantil. O fim é conceber a própria infância como um dispositivo histórico (Moruzzi, 2017, p. 282), na qual diferentes concepções pedagógicas subjaz os discursos de profissionais da educação.

A formulação curricular brasileira, pertinente aos assuntos discutidos na área da educação para sexualidade, é atravessada por múltiplas abordagens. Embora o enfoque tenha

crescido após o grande número de casos de HIV/AIDS nos anos de 1980, o que acaba por evidenciar a persistência de uma visão biológica e/ou moral do campo em questão, atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta a unidade temática “Vida e evolução” e recomenda o ensino sobre mecanismos de reprodução e sexualidade apenas no 8º ano do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018, p. 348).

Já o antigo documento orientador do currículo do país, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), possuía um livro específico chamado “Pluralidade cultural e orientação sexual”, com o propósito de se debruçar mais a fundo a respeito dos temas transversais. Portanto, percebem-se as contínuas tentativas de desobrigar a escola de promover oportunidades de conversas com as crianças e jovens para além do escopo de proteção às IST's.

Apesar do exposto, é sabido haver concepções e projetos responsáveis por burlar as prescrições normativas e, mediante a articulação de práticas educativas transgressoras, buscam junto às crianças – e não para – destituir estas regulações, ao considerar a curiosidade infantil ao elaborarem as suas vivências. Uma pesquisa realizada pelo pedagogo Marcos Ribeiro e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) revelou uma porcentagem alarmante de 74% de professores sem o mínimo de contato com a Educação Sexual durante o seu tempo na escola (RIBEIRO, 2020). Em virtude deste cenário, torna-se fundamental ouvir os profissionais e analisar nuances dos seus processos formativos, no intuito de compreender as perspectivas basilares da sua prática docente no contexto abordado.

Por consequência, surgiu o questionamento substancial a esta pesquisa: quais as perspectivas que permeiam o discurso de professores e discentes acerca do ensino da educação para sexualidade na etapa da Educação Infantil? Deste modo, evidenciou-se enquanto objetivo geral do estudo analisar as produções acadêmicas realizadas em torno das narrativas de professoras de Educação Infantil em creches e escolas e discentes dos cursos de Pedagogia, Pedagogia à Distância, Educação do Campo e Psicopedagogia da UFPB no que concerne a educação para sexualidade. Os objetivos específicos, por seu turno, procuram: a) apresentar as articulações entre a emergência da Infância - Philippe Ariès (1986), Neil Postman (1999), Michel Foucault (2018; 2020), Isabel Bujes (2001) - e a Educação Infantil a partir de uma contextualização histórica; b) analisar o debate em torno do gênero e sexualidade na infância com base em Guacira Lopes Louro (1997; 2000; 2001), Michel Foucault (2018; 2020), Constantina Xavier Filha (2015; 2021), dentre outros, acerca do poder e regulação; c) identificar como as produções acadêmicas realizadas em torno das narrativas de professoras de Educação Infantil em creches e escolas e discentes do curso de Pedagogia,

Pedagogia à Distância, Educação do Campo e Psicopedagogia aproximam-se ou se distanciam da discussão a respeito da educação para sexualidade.

A educação para sexualidade não é oficialmente regulamentada nas propostas curriculares, pois representa um passo significativo para a destruição da cultura da pedofilia, da misoginia, LGBTfobia, do racismo, etc. Desafia o sujeito a refletir sobre o próprio corpo, as relações estabelecidas na sociedade e as medidas que podemos tomar para visualizar um futuro no qual crianças e jovens possam ter compreendido a importância do trato das temáticas de sexualidade, gênero e raça nas diversas realidades existentes.

Considerando as contribuições de Foucault (2018; 2020) a respeito do poder, este disperso, constituído e reiterado por uma série de tecnologias de poder, instrumentalizada por dispositivos institucionais, conduzidos por e para os indivíduos, apoiado pelas produções teóricas de autores estudiosos da área, como Guacira Lopes Louro (1997; 2000; 2001), Constantina Xavier Filha (2015; 2021), e a discussão relativa à emergência da infância, abordada por Philippe Ariés (1986), Neil Postman (1999), etc, pretende-se analisar as produções acadêmicas realizadas em torno das relações entre educação para sexualidade e narrativas de professoras de Educação Infantil e discentes dos cursos de Pedagogia, Pedagogia à Distância, Educação do Campo e Psicopedagogia da UFPB.

As discussões sobre a sexualidade humana precisam estar alicerçadas no entendimento dos diversos discursos, nas contradições e divergências existentes. Destarte, torna-se necessário estar mergulhado numa procura constante de novas formas de conceber e apreender as relações humanas no que concerne ao sexual, sempre afastando-se de elementos regulatórios e prescritos, engendrando a normalização dos sujeitos.

Os pressupostos teóricos da sexualidade precisam partir do estudo despido das moralidades religiosas, investigando a presença predominante dos aspectos de ordem sócio históricas, políticas, antropológicas e culturais na construção de toda a rede de interações entre os indivíduos. Por conseguinte, Moruzzi (2017, p. 292) analisa a constituição da infância moderna como um dispositivo de poder, o qual se desenvolve mediante a articulação de determinados “modos de objetivação”, e a escola, como uma instituição, atua para “pedagogizá-la”, através de um conjunto de estratégias com vistas a produzir discursos, narrativas e ações responsáveis por regulamentar a existência do sujeito infantil.

Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica exploratória que, segundo Carla Leitão (2021), oferece possibilidades de investigação sem o estabelecimento de parâmetros comprobatórios de um resultado pré-estabelecido. Assume-se abordagem qualitativa e a aplicação do Estado da Arte como instrumentos de análise, denotando a maneira mais

adequada de se produzir reflexões a respeito do objeto de estudo, a fim de se organizar e refletir a respeito de alguns trabalhos de conclusão de curso sobre o tema aqui estudado. Como afirmado por Ferreira (2002, p. 258), este tipo de pesquisa possibilita o uso de “metodologia inventariante e descritiva”, ao permitir aprofundar-se em questões provocadoras, para, assim, contemplar e interpretar os fenômenos identificados durante o processo.

A escolha por seguir tal percurso metodológico faz face à necessidade de imergir nas considerações realizadas pelas profissionais atuantes no manejo da rotina escolar no interior das salas de referência. E, também, os discentes concluintes de cursos da esfera pedagógica, quanto às indagações postas, frente a um panorama de contradições relativas à experiência infantil no contexto da educação para sexualidade.

1. A EMERGÊNCIA DA INFÂNCIA

Não é segredo que a infância é objeto de estudos rigorosos há décadas, e as ponderações realizadas são atravessadas por um conjunto de fatores históricos e políticos, imbricados no discurso produzido a respeito do sujeito infantil e suas particularidades. Como Moruzzi afirma (2017), a construção da infância passa a constituir, em si mesma, um novo dispositivo de poder, na medida em que se elaboram e/ou aperfeiçoam-se artefatos de regulação do corpo, adequados, neste momento, à criança.

A infância como a conhecemos hoje possui pontos de convergência com as concepções anteriores, embora as mudanças sejam cada vez mais patentes. Na verdade, é possível afirmar que, em determinados momentos da história, acontecem resgates de algumas perspectivas; a diferença consiste nas atualizações de tais noções, a fim de ajustar-se à situação vigente.

No século XII, de acordo com Ariès (1986), por não existir um conceito estabelecido acerca da infância, esta, portanto, não era enxergada. Nesse sentido, o autor realiza um apanhado histórico no acervo de pinturas antigas, no qual se depara com um cenário bastante típico nas representações infantis: a fugacidade deste período. A reprodução da criança como uma espécie de adulto de tamanho reduzido era constante, o tamanho era a única característica utilizada para distingui-las. Porém, durante a Antiguidade Clássica, perdurou-se por bons anos o retrato da infância a partir de uma imagética distante das imagens adultizadas do sujeito infantil: são esculpidas faces arredondadas e corpos rechonchudos, num ato de evocar semelhanças com o deus Eros da mitologia grega. Quando instaurada a ascensão dos romanos, supera-se, também, a perspectiva helenística distintiva da época.

Logo, infere-se a efemeridade da infância, rapidamente vivenciada e transpassada, que aparenta ser esquecida, com poucas ou quase nenhuma lembrança significativa desta etapa. A transformação do sentimento relativo a ela demonstra o fato desta não ser de todo perdida, mas, na verdade, ter sua percepção ampliada ou diminuída, a depender dos interesses instituídos no decorrer dos séculos XII e XVIII. Apesar de ser um fenômeno próprio da modernidade, as investigações propostas por Ariès (1986) apresentam as primeiras impressões concernentes ao sujeito infantil e ao universo arquitetado para abranger as especificidades da fase.

Já para Gondra (2010, p. 196), há duas acepções a respeito: a primeira atribui uma percepção de urgência referente às ações tomadas perante ao fenômeno. Em outro caso, o termo aproxima-se do sentido de surgimento e nascimento. Ao considerar ambos os sentidos -

urgência e invenção - têm-se a possibilidade de anatomizar a infância acontecida entre um poderoso jogo de articulação, em que saberes, estratégias e instituições modelam tal fase da vida de maneira produtiva (Id, 2010, p. 197).

A infância, as relações que a constituem, não ocorre externa a si mesma, mas é mediada, sobretudo, por um intrincado grupo de artefatos institucionais, culturais, comportamentais. Tecnologias de poder, no intuito de classificar, regular e demarcar os indivíduos, neste caso, a criança, no interior das suas experiências na sociedade (Bujes, 2001). Nesse sentido, a infância, enquanto dispositivo de poder, elabora os discursos destinados a enunciar e modelar cada tipo de relação existente e, dentro desta dança, legitima o que deve ser apresentado, discutido, esmiuçado, conservado e reformulado. A formação das identidades infantis são basilares para a composição sócio-política do sujeito moderno e, ainda, evidencia a ausência de unicidade do conceito sobre infância; ela é múltipla, transpassada por marcadores de origem cultural e econômica.

1.2 INFÂNCIA, O NOVO DISPOSITIVO DE PODER

Bujes (2001) sustenta a afirmação de que as instituições representam de tal forma os acontecimentos históricos e as mudanças experimentadas pela sociedade, e isto possibilita a modulação da realidade de acordo com os regimes de verdade oriundos de cada época. A sociedade procura meios de sofisticação das instituições de poder; opera no sentido de atribuir veracidade a alguns discursos, mediante as circunstâncias históricas e políticas do momento. Ariès atribui ao surgimento do sentimento de infância a crescente interiorização nas práticas sociais dos “indivíduos modernos dos preceitos cristãos” (1986, p. 61).

Com efeito, as transformações políticas demandam outras formas de ser no mundo, e a identidade infantil da criança moderna - frágil, necessitada de proteção para ser salva do pecado - nutre a grandeza da figura do adulto como referência para se direcionar os discursos acerca do sujeito infantil. Postman (1999) aponta que é nesta fase em que a idealização da maternidade/paternidade começa a ganhar força, visto que, anteriormente, a expectativa de vida baixa dos infantes não tornava favorável o cultivo de um afeto pela criança.

A fim de retomar a discussão sobre a multiplicidade de identidades infantis, Bujes reflete a respeito dos “significados de infância” (2001, p. 26), interpostos por uma temporalidade específica e pelos grupos sociais que os organizam e, também, por eles são afetados. Estas interpretações dão origem a diferentes infâncias, sofisticando-a na qualidade de dispositivo de poder (Moruzzi, 2017), e considera marcadores étnico-raciais, de gênero,

classe e sexualidade. Por consequência, estes significados integram um feixe de possibilidades, justapostos mediante processamentos histórico-culturais e, neste seguimento, produzem discursos corroborados por outras instituições de poder, como a Igreja, a Pedagogia, o Judiciário, dentre as demais ciências.

Indo mais adiante, a criança branca conhece uma distinta realidade quando colocada em comparação a uma criança não-branca, e as diferenças estreitam-se ou diminuem caso pertençam à mesma classe econômica, ou sejam ambos meninos ou meninas. Mesmo na variedade de modos de experiência infantil, aparecem momentos de convergência. De acordo com Foucault (2018, p. 45), o poder caracteriza-se por ser uma “rede produtiva”, capaz de entranhar-se na população porque gera vontades de saber, de enunciar discursos dispostos a capturar as existências humanas. Todo um conjunto de práticas sociais que, por intermédio das condições de dado período, operam em posições determinadas pelas verdades regulamentadas.

As mudanças no controle e regulação do sujeito, na ação sobre suas emoções, vontades e condutas partem de modificações acontecidas a partir da ascensão da Modernidade e a sofisticação dos dispositivos de poder, no que se refere aos modos de infiltrar-se nas vidas, no psíquico, nos comportamentos.

Esta transformação dos mecanismos de poder sobre as populações que caracteriza o biopoder, este conjunto de técnicas que se dissemina pelo corpo social e passa a ser utilizado por variadas instituições como a escola, a família (...) O biopoder opera segregando, hierarquizando, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia, sendo essencial para a expansão do capitalismo (Bujes, 2001, p. 34).

Assim, a criação da infância como dispositivo mediado por instituições de poder, visa categorizar as crianças e segregá-las em um grupo, muitas vezes, em posição de desvantagem na relação de poder.

A sociedade moderna, mediante as demandas instituídas pela expansão do capitalismo, modifica as relações familiares, na medida em que desenvolve a noção burguesa de tempo, e transforma a educação com urgência em instituições escolares encarregadas de promover a instrução primária das crianças menores. Deste modo, a Pedagogia começa a estabelecer-se enquanto campo científico, respaldado por um arsenal de saberes e técnicas produzidos por outras instâncias de conhecimento, com vistas a disseminar no corpo social a necessidade de se pensar o processo educacional dos sujeitos infantis (Bujes, 2001). Os discursos agenciam a elaboração dos currículos pedagógicos, no qual um conjunto de contribuições teóricas legitimam determinadas narrativas.

Para Foucault, os novos aparelhos de poder asseguram a promoção de um bem-estar geral, por intermédio do esquadramento dos corpos com o propósito de garantir a “saúde e vida” da população (2018, p. 301). Pode-se induzir que a Escola organiza estratégias de regulação oriundas da Medicina, da Psicologia e demais Ciências, para produzir discursos acerca das crianças e, também, proporcionar possibilidades dos próprios pequenos se apropriarem ainda mais da linguagem e, com isso, internalizar os signos de controle e normalização instituídos pelo paradigma moderno.

1.3 PEDAGOGIZAÇÃO DA INFÂNCIA

A construção dos espaços educacionais e o investimento crescente em políticas direcionadas a tal área desnudam a intenção do projeto biopolítico concernente à sociedade moderna: a partir da proteção à infância - dispositivo de poder - são garantidas oportunidades de continuar a amplificar o controle sobre os corpos, através do implemento de técnicas de intervenção cada vez mais sofisticadas e interiorizadas nas “relações intersubjetivas” (Bujes, 2001, p. 35).

As transformações passadas pela sociedade interferem nas relações entre a esfera familiar e a criança. A infância, neste momento, inicia a metamorfose, em que se distancia da coletividade medieval e alcança os preceitos do individualismo moderno. É, agora, a infância que precisa ser protegida, portanto, perscrutada e regulada.

As mudanças, entretanto, são sentidas de modos bastante distintos entre as classes sociais existentes, assim como não se considerava a criança-menina relevante o suficiente para ser incluída nos novos projetos educacionais, estes, majoritariamente destinados à instrução dos garotos pertencentes às camadas abastadas (Bujes, 2001).

A gama de discursos sobre/da infância engendra enunciados específicos para abranger as peculiaridades das classes econômicas e, desta forma, reforça a maleabilidade do conceito, no sentido de que se dão novos acontecimentos no campo sócio-político, costurando-se uma rede. Ela, por sua vez, fortifica-se uma vez que as instituições de poder alastram as ramificações por dentro das relações e dos sujeitos. Como resultado, são geradas outras maneiras de se conceber a infância e, mais tarde, o seu vínculo com a educação. Ela não é unívoca, mas moldável a cada realidade.

Pela ótica cristianizada, o sujeito infantil precisa ser salvo da natureza ingênua, porém hostil e violenta. Os filósofos iluministas afirmam que a criança é capaz de aproximar-se da luz (a Razão) e os institutos educativos entram em ação para atuar na intervenção deste

processo, destarte, “agentes do controle pedagógico imprescindível no trilhar do caminho” (Bujes, 2001, p. 46).

Meireles (2008) elucida a Escola como um dos aparelhos dispostos a incutir no sujeito as ferramentas necessárias para o governo de si mesmo e dos demais e, por tal motivo, os procedimentos pedagógicos atuam ao correr de sofisticar a regulação dos corpos das crianças. Para mais, se ambiciona que este grupo encontre maneiras de se autoregula e, assim, proporcionar a autovigilância dos desejos e condutas construídos ao longo da vida.

Os indivíduos entranhados na cultura escolar deparam-se com a perpetuação de um poder disciplinar e/ou controlador, que instrumentaliza os discursos sobre a infância e encaixa as crianças em grupos semelhantes “aos loucos institucionalizados e aos prisioneiros” (Foucault, 2018, p. 198). As horas passadas longe da família, as perenes repetições de prescrições comportamentais, polidas e adequadas, a passabilidade da aplicação de sanções punitivas quando identificada a menor transgressão, torna o sujeito infantil um dos experimentos sociais desta confluência de poderes.

Ainda, as crianças incorporam a seus repertórios as atitudes de “observar, controlar, agir e punir os atos dos companheiros” (Meireles, 2008, p. 47). Aqui, percebe-se com clareza a dispersão desta vontade de poder/saber sobre o corpo social: as hierarquias são justapostas, reviradas, embora mantenham o caráter de normalizar alguns modos em detrimento de outros. O controle e a disciplina coincidem, então, a depender das condições materiais e políticas do local.

Sobretudo na Educação Infantil (EI), o controle do tempo das atividades e a orientação dos comandos para a realização das vivências apontam uma economia temporal, no qual cada segundo precisa ser aproveitado e dissecado, a fim de que não sobrem brechas para o desperdício. Por conseguinte, são concebidas rotinas no qual os horários e intervalos são detalhados (Meireles, 2008). Elencam-se, também, quais as atividades pertinentes a cada etapa de desenvolvimento.

Gondra (2010, p. 198) analisa as correlações exercidas entre as instituições de poder - o Jurídico, a Igreja, a Medicina, a Pedagogia - na otimização do tempo e a distinção entre as particularidades do universo adulto e infantil. Mesmo apartados, esta economia positiva do tempo da infância serve para demarcar as fronteiras de todas as etapas de vida. O autor, ainda, intenciona pôr em dúvida a linearidade das fases da vida ao trazer o relato do caso "garoto selvagem", tratado pelo Dr. Itard entre os séculos XVIII e XIX, e reforça o conceito de infância como "experiências culturais na definição das habilidades sensitivas, físicas, morais, intelectuais, afetivas e sexuais dos indivíduos" (2010, p. 201). O campo médico circunscreve

ao corpo infantil alguns indicadores primordiais à sua existência. Busca, antes de tudo, normalizar um saber relativo a estes sujeitos.

Um exemplo ocorrido no Brasil capaz de elucidar a disseminação dos saberes médicos nas práticas pedagógicas foi a Reforma proposta pelo educador Antônio Carneiro Leão, em Pernambuco, na qual a preocupação com o corpo e a saúde compuseram parte substancial do projeto. A razão para a grande atenção direcionada à questão dos cuidados ao corpo não se valia somente do alcance de uma vida saudável; a abertura a Educação Física impulsiona a adaptação dos indivíduos às longas jornadas de trabalho. Uma maneira de averiguar o desenvolvimento físico e mental dos estudantes partiu da incorporação de fichas pedagógicas e médicas, esta última com a função de "conhecer as deficiências e doenças dos alunos" e, desta forma, segregar aqueles que perturbavam a ordem das aulas (Machado, Silva, 2013, p. 12).

O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um (...) a sociedade um espaço esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro (Foucault, 2018, p. 157).

O campo médico interage com a Pedagogia, sobretudo na realidade brasileira, notabilizada pela legitimação de alguns discursos que percorrem os processos de subjetivação das crianças empobrecidas, deficientes, meninas e negras. A educação institucionalizada captura os sujeitos infantis do seio familiar, dito problemático e passível de sujeição a mecanismos de poder mais acentuados (Gondra, 2010). A universalidade do ensino carrega em si uma face mais obscura do que o simples garantir o acesso das camadas populares aos serviços públicos. Ao se denotar as experiências escolanovistas e dos demais educadores da época, é perceptível a valorização de uma agenda positiva, higienizada. O cânone adotado opera a fim de fortalecer a conduta cívico-moral dos indivíduos.

O investimento do Estado na educação decorrerá das reordenações histórico-culturais acerca da sua adesão ou falta dela ao conceito das idades da vida (Ariès, 1986). Neste sentido, surgem contradições próprias dos aparelhos de poder quando se alude à linearidade destas etapas, visto que os discursos forjam o interesse e a apatia do Estado perante a população infantil.

A expansão dos espaços escolares é, portanto, resultado da conjugação de forças empreendidas pelos campos pedagógico, médico e jurídico, estendendo as vias de possibilidade de atuação sobre o corpo social no emaranhado da rede de poderes.

1.4 Mecanismos de poder e atos de resistência

A criança da Educação Infantil está sujeita às técnicas de poder que operacionalizam os seus processos subjetivos, na medida em que busca docilizá-las para ajustar os seus modos ser e estar no mundo às convenções sociais. Dentro desta sociedade, o governo da população exerce novos efeitos sobre os indivíduos através do “desenvolvimento da disciplina” (Foucault, 2018, p. 428).

Nas creches, os pequenos lidam com comandos acionados na intenção de despertar a lembrança de regras cotidianamente repetidas e, assim, ganha força a internalização de um conjunto de prescrições destinadas a construir o sujeito obediente. A musicalização, mormente aquela utilizada para o preenchimento dos intervalos de tempo em que a professora precisa ausentar-se ou algo do tipo, “faz parte dos sinais usados pela agenda educacional na docilização da criança” (Meireles, 2008, p. 50).

Com a institucionalização da população infantil (Gondra, 2010), expandem-se as condições de espalhar o poder disciplinar. As creches já se equipam de estratégias, como o exame, para se intensificar “as práticas de vigilância e regulação dos sujeitos infantis” (Bujes, 2001, p. 124) e roteiriza todo o dia, semanas, meses e ano letivo. Num plano macro, delineiam-se pesquisas para se investigar as mudanças demográficas, como taxas de mortalidade e natalidade, processos de urbanização, etc. Em suma, o projeto biopolítico de população, no qual os mecanismos de saber/poder penetram o tecido social (Gondra, 2010), evidencia como

(...) o poder está nas relações que todos aqueles envolvidos em suas tramas têm força para modificá-las a cada instante, uma vez que as relações de poder somente se fazem possíveis porque existe a liberdade para agir de diversas maneiras. Daí a insistência e os investimentos constantes dos adultos para a instauração da disciplina (Meireles, 2008, p. 53).

Apesar dos investimentos na docilização dos corpos infantis, isto não significa uma total padronização das condutas das crianças, dado que os pontos de resistência estão esparsos por toda a instituição, e os indivíduos mais fortemente afetados pelas estratégias de regulação procuram causar rupturas sucessivas na rede de poderes. Eles produzem atos subversivos, em maior ou menor grau e, assim sendo, danificam, em determinados momentos, a estrutura desta teia/rede. Por isso, sobre ela são retificados os dispositivos com a finalidade de restaurar a credibilidade dos discursos pedagógicos hegemônicos.

A multiplicidade de ações engendradas pelas crianças em seus atos de resistência sublinha a complexidade das experiências infantis e, mais uma vez, denota as inúmeras maneiras de vivenciá-la. A construção das subjetividades das crianças constitui a formação de

suas identidades, mediadas por um aglomerado de fatores étnico-raciais, de gênero, classe e momento histórico que, no interior das creches, são atravessadas por medidas por tentativas de categorização padronizada. A liberdade de se pensar outros modos de educação para a infância, porém, segue em curso, “apesar destes conflitos de interesse” (Meireles, 2010, p. 54).

2. O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

Michel Foucault (2018, p. 59) perscruta a alegação dos discursos sobre o sexo ter, de fato, expandido ao longo dos séculos. Na tentativa de se objetivar a neutralidade científica perante os mistérios do sexo, a ciência tomou para si a obrigação de examinar, classificar, especificar, desnudar as “anormalidades perversas” e patológicas das condutas sexuais desviantes. Deste modo, o campo médico, por sua vez, elabora um arcabouço de enunciados que se inscrevem, no interior das relações de poder, no corpo e tornam este um objeto suscetível a contínuas apurações.

A ordenação dos sujeitos a partir do dispositivo da sexualidade perpassa as formas como as instâncias de poder - a Igreja, o Judiciário, a Medicina, a Psicologia, a Pedagogia etc - acionam procedimentos de regulação, tal como a confissão, com vistas a produzir saberes a respeito dos comportamentos sexuais (Melo et. al, 2010).

A Medicina, enquanto esfera científica, passou a instrumentalizar uma tecnologia de poder com vistas a biologizar processos culturais, enquanto instava a sistematização prescritiva de novos hábitos de asseio e cuidados com o físico. Os regimes de verdade, em ascensão durante a constituição moderna da sociedade, oferecem a legitimação de um tipo discursivo médico-analítico, propenso a separar, examinar, determinar. O conceito de racialidade, inclusive, aparece como modo de controle populacional. As manifestações sexuais digressoras, por seu turno, desempenham um atravessamento das fronteiras propostas pela norma científica (Foucault, 2018). Assim, a sexualidade e demais categorizações desenvolvem-se no corpo social e estabelecem-se como dispositivos de poder, produzido por um encadeamento discursivo que anuncia, oculta, regula e normatiza as práticas sexuais dos sujeitos (Louro, 2001).

Em História da Sexualidade, Foucault (2018) observa a relação de mutualidade construída entre a fisiologia da reprodução e a medicina da sexualidade, áreas de conhecimentos diferenciadas, na instituição dos discursos científico a respeito do sexo. A fim de se intentar respaldá-lo, são reiteradas demandas políticas, morais e os medos

conservadores, agora polidos o suficiente a fim de compor a gênese do discurso. Em um movimento incongruente, a esfera médica instaura a recusa de se falar, ver e ouvir o sexo e, do mesmo modo, intensifica a produção de uma vontade de conhecer, de perdizer, de saber, pois a sua renúncia é, antes de tudo, estratégia desta prática discursiva.

Constituído em “objeto de verdade”, a elaboração de táticas de averiguação referentes ao sexo e o conjunto de estudos teórico-científicos emoldurados nas paredes desta instituição de poder, evidencia o fato de nunca ter sido pretensão, ao menos, intencional, de escondê-lo por completo, mas sim, manter um movimento de rotação do dispositivo da sexualidade em torno do campo médico - e das outras áreas de conhecimento -, produtivo, no qual são propostas as investigações, o seu desnudamento, “os relatos, as prescrições, incumbidos de transformá-lo em saber sexual medicalizado” (Foucault, 2018, p. 63).

A confissão integra um dos ritos essenciais no processo de judicialização da verdade. Antes um elemento delegado aos costumes religiosos, agora, o ato de confessar responsabiliza o sujeito por suas atitudes, se pretende adivinhar até o mais profundo da alma, a partir da sofisticação deste procedimento mediante a noção jurídica de inquirição.

“A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas (...) confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama” (Foucault, 2018, p. 66).

Em creches e escolas, incorporam-se às estratégias pedagógicas o ato confessional, e sob os olhares vigilantes do corpo docente e, também, das próprias crianças e adolescentes, é cobrada a confissão, não apenas de acontecimentos estapafúrdios e comportamentos desajustados, mas de tudo que se é possível dizer e não dizer. A admissão dos erros cometidos no ambiente escolar, no entanto, é o resultado final desta inserção inquisitorial no campo pedagógico.

Quando a criança remenda a educadora, e esta, no meio de toda a sala, pede para que se repita a atitude e, em seguida, a direciona à sala da coordenação, lá se instaura uma nova etapa processual da inquirição. A admissão da culpa, a tomada de responsabilidade pelo desagrado causado ao meio social, é parte desta política de contenção de danos à rede de poderes. Até mesmo quando não há algo ou alguém para se culpar, a confissão precisa ser arrancada de um jeito ou outro, por um indivíduo ou vários (Foucault, 2018).

Em primeiro momento, a confissão dissemina-se entre as relações de poder, como um rito discursivo, no qual seus efeitos irão encontrar reverberações na associação entre o sujeito que a enuncia e o objeto de fala e, por eles, é derramada a legitimidade do discurso. As instituições de poder, por sua vez, periciam cada centímetro dele ao escutar a sua emissão. A

eficiência do discurso, afinal, é impressa naquele que diz, que confessa. Foucault (2018) localiza na Contrarreforma e nas consolidações do campo médico e pedagógico, entre os séculos XVIII e XIX, o início do alastramento da confissão nas interações entre os mais diversos sujeitos e os aparelhos de poder.

Na Pedagogia, quando se pensam os entrelaçamentos de sexo, higiene e corpo, o discurso da verdade é refletido nas diferenciações construídas entre as meninas e meninos, no preenchimento de fichas comportamentais e/ou de condições físicas; assim, a maneira como as crianças subjetivam as próprias identidades de gênero e sexuais precisa ser anunciada, interrogada, descrita. É nesse processo que, de maneira mais acentuada, são geradas as perspectivas de diferenciação. A figura do “outro” é apresentada como aquela na qual a norma identifica marcas de práticas subversivas, portanto, inferiores (Louro, 2001). Do mesmo modo que a branquitude se exclui do discurso racializador, a Igreja valorou ao cristianismo o título de religiosidade padrão e a heterossexualidade, através da enunciação científica das esferas médica e psicológica, ganha legitimidade e quaisquer comportamentos sexuais distintos passam a receber alcunha de desviante, transgressor.

Por conseguinte, uma das bases para a extorsão confessional do sexo reside na “causalidade geral e difusa” (Foucault, 2018, p. 74) atribuída às manifestações sexuais dos sujeitos. Isto é, para cada engajamento em conduta sexual, as áreas médica e jurídica refletem as consequências e (de)formam a existência humana, explica o surgimento de doenças, legitimam os racismos científicos e confere ao sexo a suscetibilidade à inquirição. Para se extorquir a confissão é necessária a atuação de duas figuras emblemáticas no discurso científico: o interrogado e o interrogador, a fim de se extrair, de maneira gradual, o oculto (Id, 2018)

A sexualidade está intrinsecamente relacionada ao discurso da verdade, este, por sua vez, incumbido de decodificá-la e modelar um conjunto de atributos discursivos, teórico-metodológicos, na intenção de transformá-la em dispositivo de poder. Agora, a sexualidade é compreendida por meio de uma nova tipificação científica: o domínio do normal e da patologia, “um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas” (Foucault, 2018, p. 77), em que se forjam as relações de poder dentre os inúmeros âmbitos da vida dos sujeitos. De modo mais específico, as interações família/escola, criança/adulto, ambos os dispositivos - infância e sexualidade - sofrem influências um do outro; os procedimentos medicalizantes das maneiras de vivenciar o sexual, bem como as estratégias pedagógicas de regulação dos indivíduos no espaço escolar dispersa o rito confessional nas esferas institucionais.

2.1 ESCOLA, CURRÍCULO E PEDAGOGIAS DA SEXUALIDADE

As identidades de gênero e sexuais são transpassadas pelas movimentações históricas e políticas da sociedade, logo, modeladas a partir de discursos que buscam atribuí-la o sentido de natural, ou o contrário. Tal construção “envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções” (Louro, 2001, p. 6) e diversificam o campo de possibilidades das sexualidades e põe em dúvida o determinismo biológico responsável por ancorar concepções essencialistas acerca das questões sociais.

Deste modo, uma série de marcadores sociais são robustecidos e significados quando são apropriados, reivindicados e, também, rejeitados. As identidades carregam em si o peso arbitrário de demarcar corpos e, além disso, oportuniza ao sujeito chances de afirmar-se no mundo. Elas são mutáveis e suscetíveis às mudanças histórico-culturais. Entretanto, as contradições surgidas devido à qualidade transitória da identidade, em alguns casos, é vista como ameaça ao valor social conquistado. Referente ao gênero e sexualidade, é precisa uma rigidez para assegurar uma adequação ao status quo ou, simplesmente, reafirmar a noção de pertencimento (Louro, 2001). Localiza-se nela a garantia de constituir a própria história de maneira sólida. As identidades transgressoras, nesse sentido, representam a perturbação do caráter naturalizador das experiências do sujeito; elas validam, a princípio, os predicados de oscilação e transitoriedade desta invenção social.

A genitalização dos corpos circunscreve a criança ao nascer, outorgando-a funções distintas justificadas pelo seu aparelho reprodutor. Assente nisso, a infância e a sexualidade, dispositivos de poder, em consonância com as demais instâncias, operacionalizam signos, enunciados e práticas destinadas a diferenciar, regular, averiguar, controlar, homogeneizar as identidades (Louro, 2001). O que é ser menina? O que é ser menino? O que é ser mulher? O que é ser homem? O que é ser negro? O que é ser bissexual? Tais questionamentos nos conduzem à reflexão cada vez mais apurada dos sentidos carregados por estas inscrições.

Para mais, os sujeitos vivenciam as particularidades concernentes aos seus pertencimentos étnico-raciais, de classe, nacionalidade, religião, faixa etária e, à vista disso, torna ainda mais complexa a rede de poderes. O corpo se torna palco de disputas constantes, em que os significados alteram-se ao se assumir a sua obsolescência ou potencialidade (Louro, 2001). De tal forma, entendem-se os modos pelos quais são fabricadas as inscrições nos corpos dos sujeitos, a fim de se produzir verdades, legitimadas por determinados tipos de discursos, sempre de maneira fortuita, correspondente às demandas de um corpo social.

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos outros (e sobre os outros) (Louro, 2001, p. 9).

Nas configurações modernas do tecido social, o adulto é colocado como a figura de referência essencial na vida dos sujeitos infantis, mesmo que tenha sucedida à separação de ambos os mundos (Ariès, 1986); ainda assim, elaboram-se verdades a respeito da criança, e as classificações de gênero, raça, etnia, idade, contexto geográfico, cultural e histórico intervêm nos modos de representação do grupo. A criança ocupa uma posição de marginalidade geradora de códigos específicos para a sua categorização e reconhecimento, destarte, a sociedade ecoa discursos capazes de regular a/às infância/as. No entanto, como já discutido anteriormente por Foucault (2018), as relações de poder engendram, de forma simultânea, desigualdades, hierarquias, homogeneização, controle vigilante e, inclusive, condições de resistências. A própria curiosidade infantil caracteriza um ato de insubordinação, muitas vezes podado e em estado de constante patrulhamento.

Isto posto, é possível ponderar acerca da constituição escolar em instituição participe na costura da rede de poderes, por intermédio de uma política de pedagogizar corpos e, mais profundamente, reforçar os padrões sexuais normais. Com tal elucubração, a escola é entendida a partir dos efeitos resultantes das práticas de vigilância, das prescrições enunciadas no cotidiano, dos comportamentos corrigidos, ensinados, regulados, admoestados na constituição das performances masculinas e femininas. O contínuo investimento sobre o corpo procura, então, fomentar os valores positivos de uma “civilização” higienizada, educada e dócil (Louro, 2001).

Na escola, entram em ação ferramentas pedagógicas pelos quais são observadas as condutas da criança no ambiente escolar. Embora Louro (2001, p. 11) afirme que as situações mais marcantes em nossas lembranças residam nos momentos comuns vividos com os demais, a própria elaboração curricular amolda às relações de poder instituídas neste local e aparelha as identidades sexuais e de gênero, bem como as experiências diárias. Segundo Silva e Santos (2021), a instituição de ensino aparece na modernidade com vistas a repercutir os valores morais e civilizatórios relativos à ascensão da burguesia e das demais formas de ordenamento social e político entre os séculos XVI e XIX e, nesse sentido, constituir o sujeito moderno.

Portanto, em um movimento de interseções, o saber produzido pelo dispositivo da sexualidade gera, paradoxalmente, a insciência relacionada às problematizações sexuais e de gênero, mormente na escola. Apesar de secreto, o sexo e suas derivações estão derramadas na

cultura escolar, potencializados pelas formas de interação do sujeito com ele. (Britzman, 2001).

2.2 OS INTERDITOS CURRICULARES, A POLÍTICA DE IDENTIDADES E EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE

A década de 70 é marcada por uma efervescência dos movimentos sociais a fim de se estender o debate a respeito das questões étnico-raciais, de gênero, sexualidade e meio ambiente, oriundos das mudanças políticas e culturais na metade do século XX. Desse modo, ocorre um processo de intensificação da política de identidades, a construção da ideia de comunidade homossexual, com base nas teorizações dos estudos feministas (Louro, 2001).

A autora mostra como a política de identidade dos anos 70, gradualmente, passou a ser transmutada em uma direção assimilacionista (2001, p. 544). Com o aparecimento do caráter biologizante do gênero a fomentar um discurso trans-excludente, perpetuação de valores branco-centrados, a heteronormatividade crescente nas identidades sexuais gays e lésbicas (ênfase nas formas monogâmicos de relacionamento), responsável por deslegitimar as expressividades de pessoas bissexuais e praticantes de atividades BDSM. A regulação da homossexualidade e demais manifestações não-normativas produz efeitos de normalização dos corpos LGBT, na intenção de, ao essencializar o discurso político, afastar as características de fluidez e outros modos de se pensar as relações sujeito/sexo/desejo e, destarte, conferir um caráter fixo e monolítico aos processos de subjetivação dos indivíduos. (Louro, 2001).

O surgimento da discussão acerca da Educação Sexual em território brasileiro está fortemente atrelada aos princípios de eugenia, higienismo, aperfeiçoamento da raça e a moral. Devido a epidemia da HIV/AIDS na década de 1980, o projeto educacional brasileiro objetiva incluir nos currículos a discussão acerca das formas de contágio de IST's, métodos preventivos e, também, expandir o seu domínio para abarcar o problema da gravidez na adolescência (César, 2010).

Em consonância, o Estado também passa a investir em programas de combate às drogas nos espaços escolares, algo visível na implementação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), inspirado no modelo americano desenvolvido pela psicopedagoga Ruth Rich. Observam-se, portanto, os efeitos do discurso da verdade acerca da sexualidade no contexto educativo brasileiro, e os modos como os sujeitos por ele são atravessados e, também, auxiliam a reiterá-lo das mais variadas maneiras (Louro, 2001).

Urge, na mesma medida, movimentações no interior das produções teóricas de gênero e sexualidade, que demonstram a insatisfação diante das consequências dos essencialismos, das categorizações binômicas heterossexual/homossexual, branco/negro, homem/mulher, da rigidez identitária, disseminadas nas agendas políticas LGBT dos anos 70. Tenciona, por assim dizer, novos postulados teóricos, a fim de se desenhar uma epistemologia do transitório, da ambivalência, da dúvida como referência na subversão das produções de normalização social e sexual (Louro, 2001).

A teoria queer, nesse sentido, significa toda ação capaz de reforçar a vontade de subversão da lógica do discurso normalizado, do rompimento das dicotomias presentes na constituição sócio-políticas e, mais importante, possibilita aos sujeitos outros modos de subjetivar, lutar, amar, conhecer, questionar. Rejeita a unidade, a centralização, visto que, em seus postulados teóricos, assume diversos caminhos críticos e analíticos, embora sob a mesma égide da corrente pós-estruturalista (Louro, 2001).

Resultante dos estudos feministas, observaram-se os modos em que se constituem as performances masculinas e femininas, refletidas, desde muito cedo, nas subjetividades das crianças. A educação e as configurações familiares, nesse sentido, atuam com o propósito de fortalecer as marcas inscritas nos sujeitos, marcas estas carregadas de informações, responsáveis por diferenciá-los e, assim, dispor de funções correspondentes ao que se deseja daqueles indivíduos (Silva, Alves, 2020).

O arsenal teórico construído pelos estudos feministas anuncia a tentativa dos mecanismos de poder em assentar noções binárias a respeito das expressividades humanas. O cruzamento desta fronteira não é, decerto, negado em sua totalidade, mas colocado num lugar de subordinação (Silva; Alves, 2020), no qual aparece a necessidade de se reforçar as técnicas de governo, a fim de comedir a intensidade dos atos de resistência.

A partir da emergência da "política de identidades" (Louro, 2001), as produções feministas passaram a buscar analisar a interrelação entre os processos constitutivos das identidades sociais e os seus efeitos na composição curricular. As pesquisas feministas observam a predominância masculina na construção dos saberes e, por essa razão, identifica-se uma disputa de interesses no currículo. Logo, o posicionamento adotado pelos postulados queer age com vistas a levantar suspeitas quanto às maneiras de se "essencializar as identidades sociais" (Silva, Alves, 2020, p. 153), em um claro movimento de rejeitar o binarismo histórico proveniente do paradigma moderno.

Por se tratar de uma intelectualidade não-normativa, a teoria queer toma para si a análise dos discursos produtores de identidades sociais dissidentes, dos "arranjos narrativos"

contidos neste processo para descrever os modos de ser/estar no mundo dos sujeitos marcados pela diferença. É assumido o comprometimento em duvidar das práticas discursivas hegemônicas, de investigar como as temporalidades, as questões étnico-raciais, os fatores econômicos e culturais emergem e se relacionam com as identidades sexuais e de gênero (Silva, Alves, 2020).

Segundo Louro (2001) e Foucault (2018, 2020), a produção dos discursos múltiplos acerca das sexualidades manifesta, de maneira bastante segura, a necessidade deste dispositivo em criar o dissonante ao dito hegemônico. Em outras palavras, a homossexualidade só passa a existir devido às outras expressividades sexuais, as digressoras, pois apenas deste modo ela pode ser colocada no lugar de validade, correlato a normalização moderna da sociedade. Adquire o status de dominação, apenas em razão do discurso, do aparelho de poder.

Por conseguinte, a inversão do paradigma moderno, a desestabilização da sua 'natureza perene' é posta em ação mediante os mecanismos de perturbação da normalidade, no balanço da rede de poderes, tão forte quanto um furacão, ao ponto de produzir processos de desconstrução das certezas, dos regimes de verdade, do caráter intransigente, no qual o outro é um ser afastado, posto à margem, ignorado. O medo do estranho é, assim, zombado pelo queer, assumido na sua inteireza, destituído da negação e fortemente desconfiado das tentativas de assimilar e regular as manifestações não-normativas (Louro, 2001).

Constantina Xavier Filha (2021) discute as disputas, mormente no meio acadêmico, relativas às discussões sobre gênero e sexualidade, a sua importância na formação docente e qual/quais lugar/lugares devem ocupar nas grades curriculares e projetos político-pedagógicos das universidades e escolas. Os caminhos são variados: implementação de uma cadeira específica nas licenciaturas e Pedagogia; a inserção dos debates em todas as disciplinas e, também, o afastamento da discussão da reformulação de disciplinas, e sim, o incentivo a novas formas de se pensar a educação para sexualidade, por meio de projetos fluidos, que refletem, analisam, interpelam os pressupostos teórico-metodológicos dominantes.

A matriz curricular contemplativa de um debate mais extenso a respeito do gênero e sexualidade, em muitas universidades, são eletivas, "tornando-se pontuais, e, às vezes, descontínuas" (Xavier Filha, 2021, p. 171), algo interpelado, geralmente, por grupos de pesquisas formados por estudiosos dos movimentos feministas, negros, LGBTQIA+, indígenas, que fazem frente a esta tentativa de fraturar tais discussões.

A rigidez metodológica e curricular induz professores e estudantes a perguntas e respostas mecanizadas, a exploração exaustiva dos fatos, e ignora o campo de possibilidades

oriundos da prática de interpelar o currículo, a prática pedagógica. Desse modo, a curiosidade infantil, os questionamentos a respeito do corpo, em síntese, "questões da sexualidade" são interpostas por um conteúdo programático biologizante e preventivo. Poucas vezes atravessa, ainda de maneira tímida, a fronteira da normalização (Britzman, 2001, p. 61)

A característica de se desenvolver um espaço educativo abrangente de fórmulas dadas e corretas inscreve-se, também, na maneira como o campo pedagógico enxerga as manifestações dos sujeitos, nas marcas deixadas em seus corpos, nas performances que se esperam desempenhar, e obscurantiza a realidade mutável no contexto político e histórico-cultural (Britzman, 2001, p. 62).

Os dados alarmantes da Unesco e Organização Mundial da Saúde (OMS) (2009) acerca do grande número de meninos e meninas, pais e funcionários das escolas contrários ao contato com pessoas homossexuais sinaliza como a escola, enquanto instituição formativa, instrumentaliza o currículo pedagógico no sentido de perpetuar os modos de marginalização das existências não-normativas. As intervenções federais no combate à LGBTfobia são, por vezes, cerceadas devido às interferências das alas neopentecostais nas decisões destas políticas públicas, marcadas pelas voltas constantes ao conservadorismo (Silva, Santos, 2021).

Mesmo com empreitadas para se fazer expandir as discussões sobre gênero e sexualidade no âmbito escolar, sobretudo por meio das formações continuadas (Silva, Santos, 2022), o outro lado da fronteira segue a despertar medos moralistas, e, dessa forma, visa reiterar os discursos difusores de uma percepção dicotômica e classificatória das manifestações sexuais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) torna-se a materialização deste receio de contestar, ao desobrigar as instituições escolares de debater as questões de gênero e sexualidade em todas as etapas, e elege o 8º ano como a fase adequada para realizar a primeira abordagem (Brasil, 2018).

A escolarização da Educação Sexual ocorreu, de fato, com o advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), no qual a partir do conceito das temáticas transversais, foi colocada às claras assuntos pertinentes às questões de gênero e identidade sexual, étnico-raciais; a pretensão residia em levar os debates para os círculos formativos da docência e das instituições escolares (César, 2010).

Enquanto dispositivo histórico, a sexualidade deslocou, ou melhor, expandiu seu domínio a respeito da produção normalizada dos corpos e, sobretudo na escola, isto se reflete nos procedimentos responsáveis por ampliar situações de marginalização de determinadas identidades sexuais e de gênero. O caso de Luana (nome fictício), criança transgênera, cuja escola em Porto Seguro, cidade de São Paulo, acionou o Ministério Público em virtude da

solicitação dos pais pelo uso do nome social da menina, denota a difusão eficiente de uma tática governamental para assegurar a continuidade normalizada da sociedade (César, 2010).

Os caminhos do discurso da verdade sobre o sexo reverberam nas políticas educacionais, como avistado nos PCN's, por transpassar a elaboração curricular e amplificar as oportunidades de se fazer circular os enunciados da sexualidade nas escolas. Constantina Xavier Filha (2015) infere as formas como os discursos repercutem na constituição das identidades de gênero e sexuais na criança, mediante a elaboração curricular favorável às perspectivas essencialistas relativas aos temas em questão.

A autora apresenta a reverberação causada na cidade de Guarulhos quando o município implementou os livros "Ceci quer um bebê" e "Menina não entra" ao acervo das bibliotecas escolares. A fala do vereador Romildo Santos (PSDB) corroborava a manutenção de uma prática pedagógica binarista, heterossexista e reducionista (Xavier Filha, 2015). É o tipo de discurso que intenta ocultar as dissidências, e produz, ao mesmo tempo, uma vontade de saber/poder sobre os corpos infantis. Quais os interesses por detrás das composições curriculares que reforçam uma necessidade de proteger a "natureza inócua" da criança?

Como resultado, é constituída toda uma mecânica do poder, que se perfaz na superfície das relações sociais, e modela as formas de subjetivação dos sujeitos. O campo pedagógico, as formatações do currículo, a estimulação ao discurso da verdade, ecoa nas escolas e creches um modelo de manifestações sexuais normativas e, também, não-legitimadas, pois dela se necessita para construir a sua própria veracidade (Foucault, 2018).

As estratégias de disciplina, mormente nos ambientes de escolarização, agem no intuito de conferir aos diferentes sujeitos infantis - e também às professoras, professores e demais funcionários - um conjunto de prescrições regulativas, que canalizam os seus comportamentos a fim de se validar alguns modos de ser/estar no mundo (Louro, 2001). Em uma de minhas experiências no estágio da Educação Infantil numa creche pública, testemunhamos a cena de duas meninas tocando os lábios ao brincarem de casinha. A professora, de imediato, repreendeu e pediu para que as duas se afastassem. Sem entender, ambas obedeceram ao comando e a brincadeira sucedeu-se sem mais acontecimentos digressores. Não houve um grande alarde, nem gritos, mas a dureza na voz da figura do adulto serve como um meio de "adestrar" todos os sentidos corporais e, desta forma, asseverar a anormalidade de ações como estas.

Em outro caso, desta vez numa escola privada, as estagiárias sempre acompanham as atividades realizadas nas aulas extras. Nesta ocasião, era aula de Educação Física e, durante o jogo, ocorreram faíscas entre dois meninos, visto que um não queria deixar o outro participar.

Não demorou para o garoto começar a chorar por sentir-se excluído, e o professor, no decorrer do aconselhamento, instruiu que parasse de chorar, com a prerrogativa de não dar abertura para o colega fazer chacota da sua fraqueza. Mais uma vez, as técnicas de disciplinamento enunciam quais condutas são adequadas e quais precisam ser descartadas, com o propósito de se atingir os resultados pretendidos pela vontade de poder/saber. Para Louro (2001, p. 15) “[...] a competição, no entanto, que é frequentemente enfatizada na formação masculina, parece dificultar que meninos e jovens 'se abram' com seus colegas, expondo suas dificuldades e fraquezas”.

É curioso, também, o fato de que neste acontecido, a criança que excluiu não recebeu nenhuma reclamação do professor. Podemos deduzir que, a insensibilidade deste perante o colega era o produto aguardado pelo investimento no corpo, enquanto a "fraqueza" do menino que chorou, configurava o comportamento a ser averiguado e abolido.

Quanto às articulações entre as instâncias de poder, Guacira Louro (2001, p. 17) mostra como os campos jurídico, médico, pedagógico, midiático e religioso (a Igreja Cristã) constituem uma pedagogia, que "aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras e (...) disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias”. Tais elementos são constitutivos dos regimes de verdade, predominantes em cada época, que coexistem ou se anulam conforme as transformações histórico-culturais e políticas demandam. As identidades de gênero e sexuais são, por conseguinte, alvo de intensas disputas de interesse, de discursos essencialistas, moralistas, mas também de práticas que colocam em contradição a dita inércia dos processos identitários.

Em seguimento, os próprios sujeitos constituem-se no interior das suas identidades sociais, e sofisticam as "tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno", no que tange às suas atuações nas instituições de poder. É, assim, percebida a inconstância dos processos que se dão o amadurecimento de tais identidades, posto que, por constituir uma invenção social, está sujeita a volubilidade humana, ao questionamento, a contradição (Louro, 2001).

A escola têm por função regular a sexualidade, para policiá-la e, além disso, estimular os preceitos basiladores da identidade sexual hegemônica: a heterossexual. Como instância do poder, ela deve mover-se sobre os sujeitos, para resguardar a ingenuidade infantil e vigiar os interesses surgidos durante a rotina escolar. Quaisquer perturbações e comportamentos subversivos são constantemente perscrutados e, por isso mesmo, estimulados (Louro, 2001).

Por complemento, a "constituição da norma" elabora-se de um modo a se tornar praticamente invisível aos questionamentos, enquanto, na mesma medida, supõe o diferente e,

nessa direção, o discute de maneira incansável, a fim de validar, cada vez mais, o lugar de outro às manifestações não-normativas. A disseminação dos discursos de verdade da sexualidade penetram no tecido social, constroem correlações, distinções, averigua as multiplicidades, as estranha e pressupõe a contraparte, a conduta ajustada às circunstâncias de tal temporalidade histórica, tão normalizada que sequer deveria - embora seja, constantemente - refutada (Xavier Filha, 2021).

Embora o discurso escolar, especialmente após o final do século XX, tenha valorizado as diferenças entre cada sujeito, ainda assim, parece existir uma certa confusão, ou dissimulação, referente ao conceito do diferente. Ao proclamar a celebração da pluralidade, esquece de tornar o ambiente propício para a proliferação do questionamento sobre a concepção de tempo, da subversão do normal, das singularidades infantis e sexuais, dos significados subjetivados na constituição do eu e da sociedade (Britzman, 2001). Louro (1997, p. 44) interpela o sentido por trás da celebração "Viva a diferença!": para ela, a frase é atravessada por uma conformação perante os modos de distinção acercados nos binômios mulher/homem, branco/negro, criança/adulto etc, pois se comemoram as características que tornam dissonantes os normais daqueles estranhos, dos outros.

A escola não nega o distinto, em contrapartida, ela o marca e favorece, em muitos casos, cenários de violência, mais ou menos visíveis, em que crianças e adolescentes não conformistas precisam, cada vez mais, provar sua inteligibilidade, sua condição de "humano" (Britzman, 2001, p. 66).

Identifica, ainda, como as marcas destas diferenciações ocorreram no interior do movimento feminista, quando surgem as reivindicações de mulheres indígenas, negras, amarelas, lésbicas, bissexuais, trans, e, mais a fundo, apercebe-se das intrincadas relações de poderes, responsáveis por contrapor as vozes de quem questionava os significados de diferença e quais corpos eram fortemente circunscritos por elas, ao discurso dominante (Louro, 1997).

Na escola, a criança é posta no lugar desigual antes mesmo da sua institucionalização. Para existir a infância, é preciso a referência do adulto, sujeito e aparelho, e, dessa forma, as estratégias pedagógicas vão legitimar os marcadores de diferenciação dos indivíduos infantis, do corpo docente e demais funcionários (Louro, 1997).

Ao se disseminar o discurso positivo da sexualidade, são ramificadas no tecido social formas discursivas enunciativas de um conjunto de condutas ditas apropriadas na construção moderna da civilização ocidental (Foucault, 2018). Dentre estas, figura o culto à masculinidade, a qual meninos precisam ajustar-se, desde muito cedo, às demandas que

instigam a racionalidade, a força e o domínio, e seus caracteres transmutam-se a depender da etnia, raça e contexto histórico-cultural da criança. No âmbito educativo, a ruptura desta convenção significa, muitas vezes, chacotas discriminatórias. É marcante a existência de piadas 'feminizadoras' do menino, e evidencia o lugar desigual destinado ao feminino, em contraposição ao masculino (Louro, 1997)..

Deste modo, as ponderações direcionadas a se pensar outras possibilidades curriculares e de escola, têm, como ponto de partida, o afastamento de percepções dicotômicas, compreendendo novas maneiras de se entender as relações entre elas e, mais importante, identificando a correlação existente nas mais variadas expressividades sexuais e de gênero (Louro, 1997).

Silva e Alves (2020, p. 158), então, convida os profissionais da Educação a refletir sobre as "teorias e conhecimentos pedagógicos" legitimados e a interrogar a dominância de práticas educativas atinentes a "uma cultura eurocêntrica, brancocêntrica, burguesa e heteronormativa" (Id, 2020, p. 158), para assim, proporcionar maneiras de subverter as lógicas normativas disseminadas sobre a construção curricular.

Os corpos "estranhados", centrais nas ações de interpelar o currículo, na teoria queer, são insubordinados o suficiente quando se reflete a tomada por novos caminhos pedagógicos. É notória a incapacidade da produção normativa sexual compreender a transitoriedade das experiências humanas e, por essa razão, as crianças são fortemente afetadas pelas especulações dos adultos sobre os seus desenvolvimentos, necessidades, desejos, medos, escolhas. A fluidez, tanto da infância quanto das expressividades sexuais, interpela o normal, se dispõe a cruzar os limites demarcados, por fim, amarrota a rede de poderes e põe em situação de dubiedade a produção da verdade sobre o sexo e o sujeito infantil (César, 2010).

Os estudos de gênero, atrelados à teoria queer, apresentam novas formas de significação dos modos de se constituir sujeito, de refletir acerca do desejo, do sexo, do erótico. Tal perspectiva proporciona um campo de possibilidades de subversão da lógica normal do discurso, desafia o cisheteronormativismo substancial ao currículo pedagógico normalizado, pois o denuncia, interpela, duvida (César, 2010).

O currículo queer considera a política de tolerância contraproducente ao se pretender a perturbação da cisheteronormatividade existente nas escolas e creches. É necessária, a princípio, assumir o compromisso de se colocar em posição de contestar os processos de normalização, do estabelecimento de fronteiras que observam, a olhos atentos, os sujeitos profanadores, diferenciados.

(...) se trata de uma questão de justiça curricular: é preciso modificar o cânon curricular para refletir as formas pelas quais a diferença é deduzida da desigualdade, produzida por relações sociais assimétricas (Silva, Alves, 2020, p. 158).

Assim, é reconhecido no sujeito a sua própria incapacidade de manter-se rígido, inerte frente às mudanças históricas, culturais e políticas. As identidades sociais assumem um caráter contraditório, e certas pessoas colocam-se mais a distância dos limites, outras brincam com tais demarcações, distorcem-na até esgotar a credibilidade a ela conferida. Estas constituições de outros modos de subjetivar o sujeito situa no provisório um campo de possibilidades das expressividades humanas (Cicillini, Franco, 2016).

METODOLOGIA

Partir de uma pesquisa bibliográfica demanda comprometimento com os métodos de busca e análise, a fim de se colher dados relevantes, mediante um apurado instrumento

investigativo, com efeitos significativos na qualidade da produção científica do pesquisador. Nesse sentido, o estudo empreendido se baseou na coleta de informações através do Estado da Arte.

Mokwa (2014) pontua a sexualidade como objeto de estudo de variadas esferas de conhecimento; portanto, o Estado da Arte possibilita traçar caminhos, a partir da delimitação temporal das produções e de um tópico específico que, no caso deste estudo, gira em torno da educação para sexualidade. Este procedimento metodológico considera os conhecimentos anteriores de grande importância na construção de novas interfaces a respeito de uma determinada tônica (Silva Filho, Carvalho, 2021), capaz de promover um revisitar histórico de pesquisas semelhantes realizadas ao longo dos anos.

De acordo com Vermelho e Areu (2005), o Estado da Arte viabiliza analisar as estratégias teórico-metodológicas e os modos como se estruturam os debates científicos sobre o objeto de estudo. Ainda, é possível afirmar que “elaborar o Estado da Arte de alguma área de conhecimento significa fazer o levantamento, a sistematização e a avaliação do conhecimento produzido nessa área, podendo constituir-se numa contribuição ao avanço da ciência” (Figueiró, 1996, p. 51).

Sendo assim, a análise da bibliografia acredita numa reflexão mais aprofundada e crítica das produções acadêmicas existentes. O mapeamento dos trabalhos movimentará questionamentos e discussões em relação às considerações, instrumentos metodológicos e resultados de uma pesquisa sucedidas por intermédio de um conjunto de fatores de ordem social, política e situacional, com vistas a tecer outras possibilidades de investigação científica (Cicillini, Franco, 2016).

Esta “opção metodológica” (Ferreira, 2002, p. 259) ancora-se na procura de investigar o conhecido, de se debruçar por entre as produções sem tantos acessos, e contribuir para a divulgação destas pesquisas sobre determinados assuntos explorados por diferentes áreas do conhecimento. Por essa razão, os critérios teórico-metodológicos são definidos conforme se estabelecem categorias pertinentes ao objeto de estudo (Silva Filho, Carvalho, 2021), o uso dos catálogos para o levantamento dos dados e fonte de referência, sejam eles pertencentes “às universidades, órgãos de pesquisa e institutos” (Ferreira, 2002, p. 259). As análises consistem em recorrer às “teses de doutorado, dissertações de mestrados, trabalhos de conclusão de curso, publicações em periódicos, capítulos de livros, seminários e anais de congressos” (Cicillini, Franco, 2016, p. 125). O acúmulo de tais produções é, destarte, desbravado pelo pesquisador no intuito de desenvolver uma provável nova perspectiva epistemológica.

O ato de garimpar o extenso volume de trabalhos científicos produzidos oportuniza, ainda, montar panoramas comparativos entre produções centradas em temas semelhantes. De tal forma, as reflexões surgidas são enriquecidas, pois a investigação de cenários parecidos é terreno fértil para se encontrar pontos de convergência, divergência e considerar questionamentos relativos às discussões analisadas. Reflete-se, também, acerca de como se articulam os privilégios de determinados aspectos nestas produções, a depender das abordagens epistemológicas e teórico-metodológicas adotadas (Gonini, 2014).

O Estado da Arte não se resume tão somente a um levantamento bibliográfico e descritivo. É, do contrário, um importante meio de investigação acadêmica, em razão de se comprometer a enveredar uma quantidade expressiva de trabalhos produzidos e expandir o campo de possibilidades para a construção de novos questionamentos (Dos Santos et. al, 2020).

À vista disso, para se realizar a pesquisa, o sítio de busca utilizado foi o Repositório Institucional da UFPB, a fim de obter um levantamento a respeito de produções nas quais as narrativas referentes à educação para sexualidade são o tema central.

Deste modo, a análise visa fazer o recorte metodológico da seguinte maneira: através dos filtros, os estudos investigados são todos oriundos do curso de Pedagogia (06), Pedagogia à Distância (02), Pedagogia do Campo (01) e Psicopedagogia (01), do Centro de Educação, distribuídos entre os anos de 2014-2021, apresentados como Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). A quantidade, por fim, está delimitada em 10 produções acadêmicas, subdivididas mediante os agentes educativos privilegiados durante suas pesquisas, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Os estudos correspondentes aos discursos dos docentes compreendem, sumariamente, a etapa da Educação Infantil. Àqueles com enfoque nas discursividades discentes competem aos graduandos do curso de Pedagogia, Pedagogia à Distância, Pedagogia do Campo e Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); este último, no entanto, não traz as narrativas de estudantes do Ensino Superior, dado que a formação do Autoconceito sobre gênero nas crianças é o objeto primário da pesquisa. Logo, é a percepção embrionária dos sujeitos infantis sobre as questões de gênero e sexualidade o ponto de análise.

Quadro 1 - Grupos

Grupo	Quantidade de publicações
-------	---------------------------

Docentes	5
Discentes	5

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, assume-se a pretensão de se debruçar sobre os procedimentos metodológicos adotados, quais os objetivos os pesquisadores estabeleceram e os resultados alcançados na discussão.

Gonini (2014, p. 59) afirma que a pesquisa bibliográfica oportuniza “o exame de um tema com um enfoque ou abordagem que possibilitam considerações inovadoras”. Com isto, torna-se cada vez mais pertinente a expansão de debates relativos à educação para sexualidade, com vistas a construir deliberações, analisar cenários, elaborar comparativos e vislumbrar outros caminhos de diálogo nos espaços acadêmicos e escolares.

3. ANÁLISES E RESULTADOS

Para relembrar, a pesquisa pretende analisar, dentro de um limite de espaço temporal definido entre os anos de 2014-2021, produções acadêmicas oriundas dos cursos de Pedagogia, Pedagogia à Distância, Educação do Campo e Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, a fim de observar em que medida esses trabalhos se aproximam ou distanciam-se dos debates acerca da educação para sexualidade na EI. Isto posto, a realização de um Estado da Arte pareceu ser a escolha mais acertada enquanto método de pesquisa. Em consequência, foi definido o tipo de estudo a ser analisado e qual a fonte. Todas as produções são trabalhos de conclusão de curso, colhidos no Repositório Institucional da UFPB.

Mediante a aplicação dos filtros, leitura dos resumos e palavras-chave, foi possível averiguar a presença de 10 pesquisas correspondentes ao referido objeto de estudo. Dentre elas, 5 observaram as narrativas de discentes do curso e um, em específico, de crianças da Educação Infantil. Os outros 5 estudos, por sua vez, refletiram a respeito das falas de professoras de creches e escolas quanto ao ensino da educação para sexualidade. Na Tabela I, segue informações pertinentes às produções defendidas, no período sobredito:

Quadro 2 – Produções acadêmicas

Autor	Título	Palavras-chave	Metodologia	Sujeitos de pesquisa	Problema de pesquisa	Curso
Antonis Pereira da Silva	IH!!! TEM VIADO, SAPATA” ... GÊNERO E SUAS NOVAS EXPRESSÕES NA ESCOLA E O QUE X PEDAGOGX TEM AVER COM ISSO!!!? : Uma análise na formação inicial de estudantes do curso de pedagogia/UFPB campus I nas temáticas de gênero e diversidade e sexual	Gênero; Diversidade e sexual; Formação de professores.	Pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa.	Discentes do curso de Pedagogia/UFPB	Como o curso prepara esse profissional para lidar com essas temáticas a fim de assegurar os direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBT?	Pedagogia
Ana Carolina Alves de Lima	Escola em foco: Gênero e Sexualidade e a partir do olhar de estudantes de Pedagogia	Educação; Gênero; Sexualidade; Pedagogia.	Pesquisa qualitativa e exploratória; entrevista como instrumento de coleta	Discentes do curso de Pedagogia/UFPB	O que os/as estudantes concluintes e pré concluintes do curso de Pedagogia	Pedagogia

			de dados		da Universidade Federal da Paraíba - UFPB dizem sobre a abordagem de gênero e sexualidade nas escolas.	
Jailson Batista dos Santos	OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES LGBT NA UNIVERSIDADE: uma perspectiva da diversidade e sexual no curso de Pedagogia - Educação do Campo	Estudantes LGBT; Curso superior - permanência; Universidade.	Pesquisa quantitativa, exploratória, com base em dados estatísticos.	Discentes do curso de Educação do Campo/UFPB	Quais os atuais desafios enfrentados pelos estudantes LGBT em relação à permanência no curso? Qual a relação entre a condição de ser LGBT com as condições de permanência no curso? Como se configura a permanência desses estudantes na universidade frente aos processos de	Educação do Campo

					exclusão?	
Wenny Tuanny Lira da Silva	Os reflexos da discussão de gênero no processo inicial de formação da(o) pedagoga(o)	Gênero; Formação docente; Pedagogia; Currículo.	Pesquisa qualitativa e exploratória.	Discentes do curso de Pedagogia/UFPB.	Qual a contribuição da temática de gênero no processo de formação inicial da(o) pedagoga(o) a partir da visão das(os) alunas(os) concluintes do curso de Pedagogia/UFPB?	Pedagogia
Karina Ingredy Leite da Silva	Autoconceito de gênero em crianças da Educação Infantil	Construção de gênero; Autoconceito; Educação Infantil	Pesquisa qualitativa e exploratória; Instrumentos de coleta de dados: observação participativa e não participativa; registro em diário de campo.	Crianças da Educação Infantil da Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba/UFPB.	Como se desenvolve o autoconceito de gênero em crianças da educação infantil da Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba nas interações livres com os seus pares?	Psicopedagogia
Leila Silva Bezerra e Michele da Silva Araújo	Relações de gênero na Educação Infantil: reflexões e	Educação Infantil; Gênero; Professoras.	Pesquisa qualitativa e exploratória; coleta de dados	Professoras da EI de uma escola da rede municipal de	Não apresenta a pergunta norteadora do objeto	Pedagogia

	práticas das professoras.		mediante questionário e registro em gravação.	Bayeux/PB.	de estudo de forma clara.	
Sandra Ferreira de Souza	A sexualidade e das crianças nas perspectivas das professoras de Educação Infantil de uma escola do município de Mamanguape/PB	Sexualidade; Gênero; Educação Infantil.	Pesquisa qualitativa e exploratória; a coleta de dados ocorreu por meio do preenchimento de questionário.	Professoras da EI de uma escola da rede municipal de Mamanguape/PB	Quais as perspectivas que as professoras de uma escola de educação infantil e fundamental do município de Mamanguape/PB têm em relação à sexualidade e dos seus alunos/as?	Pedagogia
Maria Widemarcia da Silva Oliveira	Educação Sexual na Educação Infantil na escola Cônego Bernardo.	Sexualidade e na infância; Educação Infantil; Desenvolvimento humano.	Pesquisa de campo e descritiva; coleta de dados mediante aplicação de entrevista.	Professoras da EI da escola Cônego Bernardo do município de Coremas/PB	Qual a importância de trabalhar a sexualidade e na Educação Infantil? Como esta dimensão está sendo trabalhada? Quais as manifestações da sexualidade e da criança mais comuns nesta fase escolar (Educação Infantil)?	Pedagogia à Distância

Maria das Dores Fonseca Ribeiro Santos	Gênero no espaço escolar: diferentes, mas não desiguais.	Educação Infantil; Gênero - espaço escolar; Políticas públicas educaciona is.	Pesquisa qualitativa e coleta de dados através de entrevista.	Professora s da EI de uma escola da rede municipal de Mamangua pe/PB	Como as construção s de gênero se constituem na Educação Infantil?	Pedagogia à Distância.
Karla Firmino da Silva	Pedagogia da Sexualidad e: o papel do professor	Pedagogia; Educação Infantil; Perspectiv as pedagógic as; Pedagogia da sexualidad e.	Pesquisa qualitativa e coleta de dados por meio de entrevista.	Professora s do Ensino Fundament al I e Educação Especial da rede municipal de João Pessoa/PB. A autora confundiu as modalidad es.	Qual a visão dos professore s sobre a dimensão do seu papel pedagógic o em relação à sexualidad e infantil na escola?	Pedagogia

Fonte: Autoria própria.

Para fins de organização, a análise irá se dividir em duas partes: a primeira objetiva discorrer a respeito das narrativas dos discentes, e a segunda e última pretende **se** centrar nas falas das educadoras. Antes de dar início, é interessante abrir com uma reflexão acerca do corpo docente na Educação Infantil dos trabalhos estudados: todos os participantes se identificaram como mulheres, cenário condizente com os dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) através do Censo Escolar 2022 (Brasil, 2023): o percentual é de 97,2% de professoras nas creches e 94,2% na pré-escola. Deste modo, é passível de ponderações as razões pelas quais a EI siga com um grande número de educadoras.

3.1 Narrativas dos discentes

Antonis Pereira da Silva (2015), em seu trabalho, “Ih!!! Tem viado, sapata”... Gênero e suas novas expressões na escola e o que x pedagogo tem a ver com isso!!!?: Uma análise na formação inicial de estudantes do curso de pedagogia/UFPB campus I nas temáticas de gênero e diversidade sexual”, abriu a discussão relativa à percepção dos alunos do curso de Pedagogia sobre como o processo formativo inicial prepara o docente para o manejo de situações referentes às questões dos direitos das mulheres e pessoas LGBT (Id, 2015). Logo, estabeleceu os objetivos e os modos pelos quais a graduação de Pedagogia orienta a formação profissional do educador perante às questões relacionadas aos direitos femininos e de pessoas LGBT. A produção visa observar, em outras palavras, o processo formativo do pedagogo “em gênero e diversidade sexual”. Os objetivos específicos do estudo estão centrados em três aspectos: realizar o levantamento bibliográfico, aplicação do instrumento de coleta de dados (entrevista) e a investigação das formas de abordagem sobre gênero e diversidade sexual no curso de Pedagogia da UFPB, mediante o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e demais documentos. Deste modo, a pesquisa intenciona, através das falas dos graduandos, avaliar como os discursos se entremeiam na composição curricular e disseminam os saberes desenvolvidos a respeito da diversidade sexual e gênero (Silva, 2015).

O percurso metodológico escolhido foi a pesquisa bibliográfica, documental e quantitativa. Utilizou-se do instrumento de pesquisa entrevista. Outro ponto a ser destacado é o cuidado deste para com os participantes da pesquisa. Para além de atribuir nomes fictícios, adota, ainda, a neutralidade de gênero no tratamento:

Deixo claro que tive a preocupação com o uso da linguagem não binária e sexista e por isso a marca de gênero das palavras foi substituída por um x, para denotar que pode indicar feminino, masculino, ambos, um terceiro ou nenhum (Silva, 2015, p. 20).

A pesquisa realizada por Silva (2015, p. 57) não se relaciona com nenhum tipo de projeto de extensão. O autor estabeleceu quatro categorias de análise: formação de professores; gênero; relações de gênero e, por último, diversidade sexual. Nesse sentido, percebeu como tais conjuntos se enlaçam na construção do processo formativo dos futuros pedagogos (Silva, 2015, p. 22). Dentre o extenso número de 83 entrevistados, perante o questionamento acerca da leitura do livro “Gênero, sexualidade e educação”, de Guacira Lopes Louro, apenas 4 pessoas haviam lido. Tal resultado levanta uma indagação pertinente sobre quais materiais os graduandos de Pedagogia têm acesso quando se trata de educação para sexualidade e quais suas visões a respeito da disciplina, visto que ela compõe carga horária flexível, logo, não há obrigatoriedade em seu acesso (Silva, 2015).

As respostas obtidas através da pergunta “O que é gênero?”, revelou, como já afirmado por Silva (2015, p. 63), lacunas significativas deixadas no processo formativo desses estudantes, quanto ao conceito de gênero e sexualidade; é bastante evidente os equívocos conceituais e, mais uma vez, o ato de interpelar a formulação curricular se faz mais efusiva.

O autor apresentou um incômodo frente aos resultados referentes às perguntas sobre o que é gênero, diversidade sexual e quantos já participaram de projetos da área. Os números ínfimos obtidos a partir desta última pergunta geram inquietação, e trazem dúvidas relativas ao perfil profissional do educador a ser formado, quais saberes necessitam ser privilegiados, regulados, e quais devem ser atravessados por técnicas de poder capazes de ocultá-los a depender das circunstâncias, e novamente evidenciá-los, quando se perceber necessário. (Louro, 2001).

Silva (2015) percebeu impedimentos na constituição do PPC do curso de Pedagogia da UFPB, manifesto nas relações de poder que tolhem a disposição de disciplinas mais voltadas às discussões concernentes a gênero e sexualidade. Indo mais além, também é possível vislumbrar os mesmos obstáculos às áreas das relações étnico-raciais e até de Alfabetização e Letramento. Mesmo sendo um curso no qual se criam educadores para alfabetizar, não há disciplinas obrigatórias correspondentes, a não ser na área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos. Por quais razões este cenário segue inalterado?

Por conseguinte, é cada vez mais nítido os efeitos causados pela falta de educação para sexualidade, sobretudo nos espaços das escolas. Enquanto os entrevistados, em sua maioria, afirmaram ter presenciado cenas de homofobia e transfobia nos estágios curriculares obrigatórios, ainda há a denúncia do não cumprimento da transversalidade destes conteúdos “no âmbito dos estágios desses futuros docentes” (Silva, 2015, p. 69). Ao se considerar que o documento de maior valor normativo durante os anos de pesquisa ainda eram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), este que possui em seu acervo um fascículo dedicado às discussões sobre gênero e diversidade sexual e, apesar disso, não eram transversalizados nas experiências do estagiário. Com o advento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que desobriga os debates respectivos, acende mais uma chama inquietante nos modos pelos quais os discursos, os enunciados científicos, as leis, concebem o currículo.

As situações vexatórias de discriminação perpassadas por pessoas LGBTQIA+ refletem-se, igualmente, na forma como a instituição escolar serve no “controle das sexualidades” (Silva, 2015, p. 71), com vistas a asseverar a lógica de normalização à expressão da cisheteronormatividade na condução da profissão docente. Logo, a existência de homens na Pedagogia é, quase sempre, interpretada de maneira maliciosa, acusatória, pois se

imputa, por meio de uma visão preconceituosa da homossexualidade, um estigma. A mulher pedagoga, heterossexual, branca, por outro lado, atende aos requisitos do cuidado, da boa imagem feminina. Este é mais um dos desdobramentos de uma ciência sexual reforçadora do natural, da essência e, por consequência, do anormal (Foucault, 2018). Entretanto, como já discutido anteriormente em Louro (1997; 2001); Foucault (2018, 2020); Xavier Filha, (2015; 2021); Silva e Alves (2020); Silva e Santos (2021), César (2010), os sujeitos não estão passivos diante do balançar das redes de poderes; eles as modelam, subjugam, torcem, rompem, remendam, pois não se há como vivenciar tais experiências somente no campo binário das possibilidades. Há uma infinidade de caminhos, de atitudes responsáveis por rejeitar, afirmar, contestar e subverter os lugares pré-concebidos.

O autor exemplificou em uma das respostas dos entrevistados tal cenário, em que o colega de trabalho gay do participante foi bastante elogiado pela diretora da escola e, conforme os pais enxergam a sua competência profissional, deixam de pedir por sua saída. Afirmar que este profissional precisou trabalhar de modo ainda mais árduo para legitimar suas habilidades como educador, e diz que as performances destes professores são importantes no desmantelamento da homofobia, transfobia, misoginia, etc.

(...) o profissionalismo foi levado em conta e para que o professor se consolidasse nesse estabelecimento teve que provar para a comunidade escolar a sua excelente competência profissional, muito mais até que uma professora, já que a cobrança foi muito dura. A atitude da diretora mostrou que a matriz heterossexual não é rígida e pode estar em constante renovação, porque é uma construção social e cultural, ou seja, podemos desmantelar as coisas, o padrão, como aconteceu nessa escola (Silva, 2015, p. 72).

Todavia, cabe indagar: por que esses docentes precisam se provar 10 vezes mais que os profissionais “regulados”? Se as performances são, de tal modo, cruciais para ocorrer a validação, significa que a mediocridade dos cis heterossexuais brancos pode seguir sem tantos problemas, já que sempre irão existir oportunidades mais acessíveis a eles, quando se comparado a uma educadora trans negra ou professora bissexual?

Silva (2015, p. 80) chegou à conclusão de que a elaboração curricular do curso de Pedagogia da UFPB não debate de forma efetiva as questões relacionadas a gênero e diversidade sexual, e identifica o fato do componente curricular Educação Sexual ser ofertado somente quando há disponibilidade de professores desta área do conhecimento. Portanto, enxergou brechas expressivas na formação do pedagogo. Isto é espelhado nas graves posições dúbias dos entrevistados quando indagados sobre os conceitos de gênero, diversidade sexual, transgeneridade, visto que, em muitos casos, confundem-se expressões de gênero e sexualidades. Constatou, também, a presença forte do estigma do professor homem, em

especial àquele da Educação Infantil, o que acaba por reforçar os binarismos e a valorização da heterossexualidade feminina como adequado ao perfil profissional do docente.

Em outro estudo produzido por Ana Carolina Alves de Lima (2019), “Escola em foco: Gênero e Sexualidade a partir do olhar de estudantes de Pedagogia”, o problema de pesquisa buscou refletir sobre as narrativas de estudantes concluintes e pré-concluintes do curso de Pedagogia acerca da abordagem de gênero e sexualidade nas escolas. O objetivo geral visou analisar as colocações dos estudantes concluintes do curso de Pedagogia da UFPB, a respeito de situações ocorridas no espaço escolar, dimensionadas pelo gênero, sexualidade e diversidade. Os específicos corresponderam a contextualização histórica de políticas educacionais direcionadas a essas especificidades, e promover um debate sobre a inserção de temas como gênero e sexualidade na formulação do currículo (Lima, 2019).

Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa de cunho qualitativo e aplicação de questionário como instrumento de coleta de dados. A pesquisa se centrou nas narrativas de graduandos concluintes do curso de Pedagogia da UFPB. O estudo foi parte do projeto PIBIC. Durante a aplicação do questionário em modo presencial, a autora afirmou ter existido alunos que se recusaram a participar após tomar conhecimento sobre o assunto a ser discutido: “a princípio, todos/as os/as estudantes que abordei nas salas e corredores, demonstraram interesse em participar da pesquisa, no entanto, ao se deparar com a temática, alguns/algumas recuaram, inventando desculpas para não responder” (Lima, 2019, p. 17). Então, como tais profissionais agiriam ao se deparar com situações cotidianas pelas quais as questões de gênero e sexualidade atravessam as experiências?

A primeira questão não deixou os entrevistados tecer justificativas quanto às suas devolutivas, embora revele uma quantidade interessante de estudantes que acreditam no trabalho em parceria da família e escola quanto a abordagem de gênero e sexualidade (Lima, 2019).

Por outro prisma, a autora percebeu uma soma expressiva de graduandos com crenças nas abordagens religiosa e moral (Furlani, 2017), das problemáticas de gênero e sexualidade. Tal posicionamento pode entrever a onda de conservadorismo crescente na juventude, seja pela contínua ascensão de grupos radicais de direita, seja pelo resgate de um medo do diferente, do fronteiro.

Ainda, é possível inferir que os entrevistados não estavam totalmente conformados aos binarismos de gênero e sexualidade, visto que, em sua maioria, refutaram as demarcações relativas às “coisas de menino e coisas de menina” (Lima, 2019, p. 30). Em outros termos, o olhar dicotômico característico da cisheteronormatividade encontra-se em constante estado de

desestabilização, além de escancarar a sua própria contradição, pois na medida em que busca inferiorizar, esquadrihar e desnudar as expressividades não-normativas, também produz cada vez mais vontade de saber, de conhecer a perversidade do imoral. Apenas desta maneira a heterossexualidade consegue manter o status de normalidade (Louro, 2001).

Em relação ao respeito quanto ao uso do nome social por pessoas trans, Lima (2019) constatou a presença de uma nebulosa ainda bastante espalhada nos conceitos diferentes de gênero e sexualidade. Lima (2019, p. 34) manifestou uma concepção de escola baseada na formação cidadã como meio indispensável para se alcançar o respeito, a celebração das diversidades e o pensamento crítico-reflexivo. A pergunta referente ao papel do espaço escolar na vida das crianças, em especial, induziu os entrevistados por meio de respostas fechadas, e apenas a opção “Outros” oferece a possibilidade de se apresentar outras resoluções. Há, ainda, uma confusão conceitual entre a diferença/diversidade, que desorienta as discussões dos Estudos Culturais:

Assim, acredito que a escola deve formar considerando a diversidade de pessoas e de modos de estar no mundo. Para isso, é fundamental que os professores e professoras estejam sensibilizados/as e qualificados/as para ensinar e para intervir em situações de desrespeito e desigualdades de gênero e sexualidade (Lima, 2019, p. 34).

Mediante a emergência dos movimentos negros, indígenas, LGBT, ecológicos, instaurou-se a concepção de diversidade, fundamento importante na construção do campo multiculturalista (Cicillini, Franco, 2016). Por sua vez, o conceito de diversidade passou a tentar obscurecer as verdadeiras reivindicações destes segmentos sociais: a celebração e compreensão das particularidades correspondentes aos múltiplos grupos; sob o viés da política de tolerância, disseminada, sobretudo, no campo pedagógico e jurídico, são unificadas as diferenças e demandas de tais populações, cooptadas por um discurso assimilacionista e redundante.

O "discurso da tolerância" (Cicillini, Franco, 2016) presume um dimensionamento inanimado das relações sociais, algo facilmente refutado quando se percebem as dinâmicas das interações dos sujeitos, dos modos como se relacionam com os discursos, os dispositivos de poder, sempre de maneira ativa e contraditória. Pressupor que haja um ou mais sujeitos cuja presença precisa ser tolerada é, sem dúvidas, uma dissimulação típica das discursividades dominantes. Reitera o lugar de outro, age para governar as manifestações não-convencionais, simula a integração social deste indivíduo, e, igualmente, legitima a continuidade da sua evasão, a depender das circunstâncias estabelecidas em determinados momentos.

Por fim, Ana Carolina Lima (2019, p. 35) reforçou a sua posição por uma Educação Sexual enviesada pelos direitos humanos e feminismo, com foco na diversidade e respeito às diferenças. Concluiu ser imprescindível na construção curricular do curso de Pedagogia a abordagem de discussões concernentes a gênero e sexualidade, em disciplinas obrigatórias e optativas. Além de chamar a atenção para a importância deste diálogo em projetos de extensão e iniciação científica, a fim de robustecer a formação de profissionais qualificados a tratar dos temas em âmbito escolar.

A produção acadêmica de Jailson Batista dos Santos (2017), “Os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade: uma perspectiva da diversidade sexual no curso de Pedagogia-Educação do Campo”, direcionou seus questionamentos à como a condição de ser LGBT e as condições de permanência se influenciam na trajetória acadêmica de graduandos do curso de Educação do Campo. Este foi o único trabalho encontrado sobre narrativas de discentes desta graduação. Santos (2017) afirmou, também, ser uma pesquisa diferenciada no curso de Pedagogia - Educação do Campo, visto que se analisa, desta vez, os embates enfrentados pelos graduandos LGBT em seus atos de resistência para permanecer na graduação.

Em relação ao objetivo geral, o autor definiu a análise “dos elementos que constituem os atuais desafios para permanência de estudantes LGBT no curso de Pedagogia - Educação do campo” (Santos, 2017, p. 18), em consonância com fatores determinantes nestas circunstâncias, como as variantes de classe e orientação sexual, nos termos deste. Os objetivos específicos, por sua vez, pretenderam observar os efeitos oriundos de políticas de permanência da universidade, o perfil socioeconômico dos participantes e refletir a respeito da “condição de ser LGBT com as condições de permanência no curso” (Santos, 2017, p. 18). Logo, infere-se que esta pesquisa traz um elemento de intersecção mais aparente, embora privilegie dois aspectos: sexualidade e classe econômica.

A princípio, é percebido que a pesquisa delimitou ainda mais o seu campo de análise, ao restringir o número de entrevistados a 163 graduandos, correspondente ao número de alunos mais próximos da conclusão do curso. Santos (2017) verificou que, apesar do quantitativo relevante de estudantes LGBT em Pedagogia - Educação do Campo, não havia presença de pessoas transgêneros, no recorte feito para o estudo. Nesse sentido, é interessante refletir acerca das identidades sexuais transgressoras como a homossexualidade, a lesbianidade, a transgeneridade etc, possuem na escola, muitas vezes, um dos primeiros lugares no qual a vigilância e as falas preconceituosas evidenciam a sua ameaça ao "normal". (Louro, 2001, p. 20). Outro destaque residiu no alto percentual de mulheres no curso, em que

as funções do cuidado com a criança e, também, a perspectiva de ascensão social, de acordo com Santos (2017) parecem orientar as condições de permanência destes estudantes.

Santos (2017) utilizou o termo sexo no questionário. César (2010, p. 71) analisa o efeito correlato nos PCN's ao discurso normativo da sexualidade, e identifica o forte investimento no trinômio "corpo-sexo-desejo" para se discutir as problemáticas relativas às relações de gênero. Significa a permanência de um olhar cisheteronormativo na forma de enxergar as características sociais, procedentes da "biologização" dos conceitos de sexo/gênero.

Quando passou a investigar as condições de permanência dos estudantes LGBT, Santos (2017) reconheceu os modos como um conjunto de elementos se coadunam a fim de reiterar discursos e práticas de rejeição à existência destes sujeitos no espaço acadêmico. Uma informação de destaque referiu-se ao grande percentual de alunos que já presenciaram discriminação e preconceito contra graduandos LGBT. Isso elucida que, “nesse sentido, as relações interpessoais aparentemente tolerantes nesse ambiente, muitas vezes ocultam o preconceito e a rejeição contra esses estudantes, e isso por eles não passa despercebido” (Silva, 2017, p. 57).

A pesquisa realizada por Santos (2017) avalia de maneira bastante delimitada tal objeto de estudo, visto que se tratam de produções acadêmicas relativas ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Isto posto, há de se considerar o fato de a ocorrência destes atos discriminatórios atravessar toda a instituição, independente das áreas de conhecimento, e suscita uma ponderação incomodada por táticas de poder legitimadoras da cisheteronormatividade e da branquitude na academia.

No decorrer da análise das entrevistas semiestruturadas, Santos (2017) frisou a relevância de uma estruturação curricular capaz de contemplar as dimensões constitutivas dos sujeitos, com oportunidades de interpelar a proliferação de discursos normalizadores na esfera educacional. Ainda, é cabível dizer que o complemento adotado pelo autor, mediante este outro instrumento de coleta de dados, permitiu se aprofundar nos modos constituintes dos processos de subjetivação dos estudantes LGBT. Finalmente, a pesquisa concluiu que as situações de discriminações enfrentadas por estudantes LGBT são sentidas de maneiras diferenciadas, e o âmbito universitário parece operar uma política de tolerância, responsável por disfarçar atos discriminatórios.

As condições de permanência na graduação, por conseguinte, são ora facilitadas, ora limitadas, a depender do acesso a programas de assistência estudantil, conciliação entre trabalho e estudo, dentre as demais variáveis (Santos, 2017). Em convergência com as

experiências oriundas de suas sexualidades, os sujeitos da pesquisa ajudaram a reafirmar as formas como as estratégias de poder, as instituições, os discursos, se enlaçam com vistas a adaptar as circunstâncias aos regimes de verdade.

O trabalho realizado por Wenny Tuanny Lira da Silva (2019), “Os reflexos da discussão de gênero no processo inicial de formação da(o) pedagoga(o)”, ambicionou ponderar como os alunos concluintes do curso de Pedagogia consideravam a contribuição das discussões de gênero no processo de formação inicial do pedagogo(a). O objetivo geral do estudo foi avaliar as contribuições advindas das discussões de gênero ao pedagogo em formação, mediante a análise de suas narrativas. Os objetivos específicos, por sua vez, objetivaram entrever os modos de articulação desse diálogo, expressos no currículo e, finalmente, observar as impressões dos estudantes acerca da relevância destas questões para a sua formação docente (Silva, 2019).

A pesquisa desenvolvida também é de caráter exploratório e a abordagem escolhida é a qualitativa, a fim de se debruçar nas “falas e discursos” dos graduandos do curso de Pedagogia-UFPB. O instrumento de coleta de dados foi a aplicação de questionário, com vistas a refletir sobre as formas como se aproximam das questões de gênero, os conhecimentos construídos acerca do tema, se são partícipes de grupos de estudos referentes e as contribuições de tais discussões à graduação em Pedagogia (Silva, 2019). A autora apenas os aplicou presencialmente, e com alunos concluintes, dos períodos matutino, vespertino e noturno.

De início, é possível perceber que, mesmo ao levantar um debate acerca do gênero, a pergunta concernente ao perfil dos alunos considera somente as opções de sexo feminino e masculino, tal qual feito por Santos (2017). Logo em seguida, indaga-os a respeito de seus conhecimentos sobre as identidades de gênero, inclusive as não-normativas: transgêneros e não binários. Interessa sublinhar a disparidade entre estes conhecimentos nos turnos diurno e noturno, posto que os estudantes da noite, um total de 62,5%, não demonstram conhecer os termos relativos. Destarte, surgiram dúvidas quanto às formas de abordagem das discussões de gênero e sexualidade em turmas noturnas, se a diminuição da carga horária implica em deixar de levantar debates e reflexões relacionadas a tais temas (Silva, 2019).

A pesquisa apresentou, ainda, dados preocupantes quando se trata do entendimento acerca de gênero; a maior parte do alunado mostra pouca ou nenhuma apreensão dos conceitos de gênero e sexualidade, sendo muito costumeiro os equívocos quanto aos significados dos termos. “Esta visão binária e heteronormativa (fêmea-feminina e macho-masculino) é exatamente uma das questões que os estudos de gênero buscam

desconstruir, esclarecendo que a discussão de gênero contempla também a sexualidade, porém é mais abrangente” (Silva, 2019, p. 26).

Mesmo com o alto percentual de graduandos que afirmaram ter tido contato com as discussões de gênero em disciplinas da graduação, averiguou-se o fato de muitos não terem obtido conhecimentos nem mesmo ao cursar a única disciplina obrigatória referente aos diálogos sobre gênero e sexualidade. De acordo com Silva (2019), tal situação manifestou a necessidade de se olhar com maior atenção para as formas de abordagem destes assuntos na estruturação curricular e práticas docentes.

Abordar as questões de gênero e sexualidade nas disciplinas não figura, por outro lado, que isto esteja sendo realizado de modo significativo, um dado bastante evidente no expressivo quantitativo de discentes, sobretudo do período noturno, contrários à afirmação de abordagem adequada a tais temas (Silva, 2019). A autora interpelou o porquê dos alunos da noite comporem a maior porcentagem da negativa. Talvez, em uma das devolutivas esteja notória as oportunidades menos aparentes para estes estudantes participarem de grupos de estudos, projetos de pesquisa e extensão, posto que grande parte dos graduandos do turno noturno trabalham no decorrer do dia. Logo, a formulação curricular passa por adaptações, no intuito de eleger determinados conhecimentos, enquanto outros são delegados a citações esporádicas. O estudo constata, do mesmo modo, a falta de participação/conhecimento dos graduandos em grupos de estudos referentes a gênero.

Para finalizar, Silva (2019) ultimou ser essencial para a formação inicial do docente a aproximação com gênero e sexualidade, além de questões étnico-raciais, religiosas, etc., de maneira a expandir o arcabouço teórico-metodológico do pedagogo perante as situações ocorridas no âmbito da escola.

O último trabalho referente às narrativas dos discentes trouxe outro público à tona: as crianças. Assim, Karina Ingredy Leite da Silva (2014), “Autoconceito de gênero em crianças da Educação Infantil”, concentrou-se em compreender os modos pelos quais se formam o autoconceito de gênero nos sujeitos infantis. Estabeleceu enquanto objetivo geral a análise da formação do autoconceito de gênero em crianças da Educação Infantil. Os objetivos específicos, em seguida, se incumbiram de promover a aproximação com o autoconceito de gênero em meninos e meninas e as formas de correlação destes autoconceitos quando inseridos em dinâmicas de grupos (Da Silva, 2014).

Esta é a única produção encontrada referente ao curso de Psicopedagogia da UFPB, que corresponde ao escopo desta análise acerca de narrativas concernentes à educação para sexualidade. Os instrumentos de coleta de dados selecionados foram a observação simples,

não participativa e participativa, apontados em diário de campo. A autora afirmou que, mediante a implementação das técnicas de pesquisa, o estudo foi engrandecido devido à possibilidade de acompanhar as interações entre as crianças e os modos constitutivos de suas subjetividades e do desenvolvimento da relação com gênero. O diário de campo é crucial, então, para tomar nota de todas as falas e acontecimentos decorridos ao longo do estudo.

Essas técnicas trouxeram contribuições enriquecedoras para a pesquisa, uma vez que, através das observações não participativas pode-se perceber como as crianças se comportam nas interações livres com seus pares, e na observação participativa puderam ser respondidas questões que confirmavam as referências teóricas quanto à construção de gênero na educação infantil e construção do autoconceito em crianças daquela faixa etária (Da Silva, 2014, p. 26).

A autora inferiu como a linguagem e as figuras de referência da criança - professores e pais, em especial - reiteram práticas e discursos incumbidos de validar um conjunto de atributos por intermédio de fatores sociais (Da Silva, 2014). Louro (1997) aponta a linguagem como um dos dispositivos de poder mais eficazes na constituição dos discursos e práticas, visto que, através de movimentações quase imperceptíveis, ela naturaliza diferenciações, firma lugares de distinção, rege as relações. Os profissionais da educação, por sua vez, orientam as crianças a discernir, mediante comandos generificados (o tratamento direcionado a um todo sempre se apresenta no masculino quando há presença mista), a sua inclusão na fala. Ou quando são enunciadas afirmativas que buscam “justificar” tal conduta com um “ah, isso é coisa de menino”.

Esta percepção é imbuída nas relações estabelecidas no cotidiano dos sujeitos, e evidencia, ainda mais, os modos de dispersão do poder pelo tecido social. São muito recorrentes nas narrativas das crianças do estudo o reforço de signos, comandos e referências que validam concepções binárias das expressividades humanas. Isto é ainda mais aparente nas brincadeiras, em que se identificam recusas de meninos de engajar em interações envolvendo atividades “afeminadas”, como o brincar de casinha (Da Silva, 2014, p. 30).

É perceptível, de igual modo, nas falas das crianças o desenvolvimento de uma noção estereotipada dos gêneros. Reprodutoras das afirmações escutadas por suas figuras de referência, elas buscam atribuir sentido a elas mediante os modos como se projetam ativamente em suas relações com os pares (Da Silva, 2014).

A constituição do estereótipo é, por sua vez, parte de um encadeamento discursivo, que através dos meios culturais e transformações na conjuntura política, é constantemente rebatido e, portanto, na mesma medida precisa ser reiterado. É uma das manifestações oriundas da vontade de saber sobre o outro e, do mesmo modo, contém o medo relativo às

potencialidades desse outro. Esta construção ancora-se nas modelações realizadas pela linguagem; por se tratar de uma invenção social, as verdades acerca do seu sentido necessitam ser fabricadas, e assim, ao ser disseminadas na sociedade, são validadas conforme os significados vão sendo interpretados, cambiados e performados (Furlani, 2007).

Portanto, as pedagogias de gênero e sexualidades são introjetadas nos modos de agir das crianças e, de acordo com Silva (2014, p. 35), desnuda uma infinidade de atitudes que operam no sentido de legitimar atos discriminatórios e a lógica dicotômica razão/emoção, feminino/masculino.

A seguir, a análise se volta para as narrativas de professores da Educação Infantil referentes à educação para sexualidade.

3.2 Narrativas das professoras

Em princípio, a primeira pesquisa deflagrada apresentou inconsistências diante do problema de pesquisa, não evidenciado no resumo, tampouco no capítulo introdutório. O estudo foi desenvolvido por Leila Silva Bezerra e Michele da Silva Araújo (2017), intitulado “Relações de gênero na Educação Infantil: reflexões e práticas das professoras”. O objetivo geral não foi apresentado, assim como a pergunta norteadora. Por objetivos específicos, Araújo e Bezerra (2017) estabeleceram a análise de como as entrevistadas lidam com as questões de gênero na rotina escolar e a observação de como tais problemáticas são abordadas no contexto das salas de referência.

A abordagem da pesquisa é enviesada por um caráter exploratório e qualitativo. A técnica de pesquisa para coleta de dados foi a entrevista. No entanto, ao invés de destinar aos entrevistados questionários prontos por meio de folhas ou plataformas online, as autoras deram preferência ao método de gravação, a fim de obter o máximo de informações e nuances nas narrativas das educadoras. O trabalho foi desenvolvido no município de Bayeux-PB, com professoras de 3 turmas do Infantil (II, III e IV) (Araújo, Bezerra, 2017)

Preliminarmente, as autoras identificaram ser ainda muito comum no arranjo escolar a separação por gênero nas brincadeiras, inclusive incentivadas pelos agentes educacionais, a família e as próprias crianças (Araújo, Bezerra, 2017). Como visto no estudo efetivado por Silva (2014) acerca do autoconceito de gênero na infância, o brincar compreende elemento fundamental no desenvolvimento infantil, e mediante elas, passam a atribuir sentidos, incorporar signos, práticas, reverberar discursos de normalização. As autoras apontam que:

A partir da nossa pesquisa percebemos que muitas coisas continuam do mesmo jeito desde nossas infâncias, em que certas brincadeiras, ditas como brincadeiras de meninos e meninas, continuam sendo reproduzidas e separando meninos e meninas, inclusive por nós, como mães, tias e professoras, por reproduzirmos quase sem perceber a ideia de que as brincadeiras podem influenciar nos modos como meninas e meninos irão se comportar (Araújo, Bezerra, 2017, p. 18).

Mesmo com a afirmação de perceberem separação por gênero nas brincadeiras, logo em seguida, Araújo e Bezerra (2017) afirmam não ser perceptível tal distinção na hora dos brinquedos, embora relatem o testemunho de um grupo de meninas não permitir a participação dos garotos em uma brincadeira envolvendo um computador rosa. Baliscei, em uma análise histórica acerca da influência das cores nas pedagogias de gênero, observa “o desenvolvimento e a popularização da ultrassonografia e dos exames de gravidez também oportunizaram que o azul e o rosa fossem adotados, massivamente, para identificar os/as bebês” (2020, p. 14).

A imposição do gênero de acordo com a genitália é mais uma tentativa de biologizar algo construído pelo influxo do meio social. O sujeito deixa de ser criança para se transformar em menina ou menino, um conceito binarista sobre gênero. As expectativas colocadas forçosamente sobre os ombros destes indivíduos na mais tenra idade podem, no futuro, ocasionar em crises de identidade que teriam sido evitadas caso tal regra cisnormativa não os acompanhasse desde tão cedo. De antemão, começemos com o questionamento sobre o que exatamente significa ser mulher ou homem? Qual a verdadeira influência das cores na determinação acerca do que é ser mulher ou homem?

A feminilidade e a masculinidade mais evidenciadas correspondem a de homens e mulheres cis, héteros, brancos, esquecendo-se as múltiplas feminilidades, masculinidades e suas rupturas, vivenciadas por grupos que fogem e transcendem as normas e modos as quais estamos acostumados a compreender como feminino e masculino (Louro, 1997).

As professoras entrevistadas transpareceram em suas narrativas, práticas discursivas basilares na construção de uma noção binarista de gênero. Araújo e Bezerra (2017) notaram o quanto a família e a escola são instituições de poder fortemente articuladas a fim de se repercutir pedagogias de gênero e sexualidade nas dinâmicas estabelecidas entre as figuras de referências, as crianças e seus pares. Os pedidos dos pais às educadoras são, em sua maioria, modos de regular a profissão docente e, de igual forma, enquanto agente educacional, assumem outro lugar nas relações de poder perante às crianças.

As hierarquias, assim, são adaptadas conforme a temporalidade, o espaço, os sujeitos, a cultura, etc. (Foucault, 2020). É o tipo de discurso que intenta ocultar as dissidências, e

produz, ao mesmo tempo, uma vontade de saber/poder sobre os corpos infantis. Mediante as pedagogias de gênero e sexualidade (Xavier Filha, 2015); (Louro, 2001), investe-se no corpo técnicas de vigilância e autogoverno, que passam a regular as condutas e legitimar certas formas de enunciar as verdades fabricadas. De forma alguma, no entanto, os indivíduos encontram-se num lugar de passividade, visto que, as relações de poder requerem a participação ativa dos aparelhos de poder, os enunciados científicos, as produções discursivas e dos sujeitos (Foucault, 2018; 2020).

Na pesquisa, é bastante evidente mais confusões a respeito do conceito de gênero, visto que as professoras reforçaram em suas narrativas algumas concepções que associam o brincar com boneca ou carrinho à homossexualidade (Araújo, Bezerra, 2017). As análises binárias, restritas ao polo masculino/feminino, em diversos casos, não contemplam as interseções entremeadas nas relações sociais, mesmo que sejam evidentes quando se observa o cotidiano nas escolas (Louro, 1997).

Há, ainda, a identificação de lacunas no processo formativo inicial e continuado das educadoras; as discussões referentes às questões de gênero e sexualidade não foram abordadas durante seus períodos de estudo. Araújo e Bezerra (2017), no entanto, afirmaram não existir na grade curricular do curso de Pedagogia disciplinas específicas sobre gênero. Contudo, há a existência do componente curricular Educação Sexual, embora sua ementa não se restrinja tão somente aos debates em torno de gênero. Elas salientam que:

(...) existe uma deficiência em relação à formação docente no que diz respeito às questões de gênero. Em nosso curso de Pedagogia não temos uma disciplina específica sobre o tema e apenas algumas professoras e professores abordam essas questões (Araújo, Bezerra, 2017, p. 28).

Em conclusão, as autoras (2017) reconheceram nas narrativas das educadoras a reverberação de práticas e discursos de normalização das expressões humanas, e reafirmam a importância de abordar tais assuntos na intenção de combater desigualdades, sobretudo entre homens e mulheres.

Sandra Ferreira de Souza (2017) desenvolveu um estudo, nomeado “A sexualidade das crianças nas perspectivas das professoras de Educação Infantil de uma escola do município de Mamanguape/PB”, semelhante ao de Araújo e Bezerra (2017), e apresentou como problema de pesquisa quais as perspectivas de professoras de uma escola de educação infantil e fundamental do município de Mamanguape-PB têm em relação à sexualidade dos seus alunos/as. Os objetivos estabelecidos foram a proposta de reflexão a respeito da sexualidade infantil e quais as perspectivas que permeiam as práticas dessas professoras no cotidiano das salas de referências (Souza, 2017).

A pesquisa foi de cunho exploratório e qualitativa. Como método de coleta de dados, foram utilizadas as entrevistas com 4 professoras da Educação Infantil da rede municipal de Mamanguape, cidade da Paraíba. Souza (2017) percebeu, também, um movimento de resistência por parte das educadoras para responder o questionário e, deste modo, deixou o roteiro com as mesmas a fim de que realizassem o seu preenchimento. Antes de dar início ao capítulo de resultados e análises, a autora expôs breves considerações a respeito das 4 entrevistadas, e transmitiu ser incontestável o desconforto geral das professoras em responder o roteiro. Uma delas, inclusive, inferiu ser a religião uma das razões de constrangimento. A escolha por deixá-las livres para responder ao roteiro pareceu encorajar uma maior sinceridade nas devolutivas.

De imediato, é depreendido que as educadoras reiteram discursos e práticas de diferenciação entre meninas e meninos, algo bastante parecido com um medo do atravessamento destas fronteiras (Souza, 2017). As conjecturas referentes à sexualidade das crianças tornam inegável como os discursos da verdade se concatenam a fim de parecer ainda mais palatável as técnicas de poder reguladoras de suas existências; o controle exercido sobre e pelos corpos, mormente nas escolas e creches, é nutrido através dos medos e da necessidade do normal em se constituir enquanto hegemônico, portanto, o correto.

É necessário subordinar os sujeitos infantis, regular as expressividades e pressupor quais conhecimentos - traduzidos nas matrizes curriculares, enunciadoras de um saber direcionado, regulado - convertem as condutas destoantes, elaboram as performatividades legítimas, esperadas. Esta é a razão pela qual a criança, mediante a infância, é tão fortemente afetada por uma amálgama de estratégias pedagógicas, médico-patologizantes e biológicas (Xavier Filha, 2021).

De acordo com Souza (2017), as entrevistadas possuíam um distanciamento notável das questões de gênero e sexualidade, além de falas que externavam uma vigilância cada vez mais acentuada perante as manifestações das crianças. Em outro questionamento, a autora tratou orientação sexual como termo correlato a Educação Sexual, e as devolutivas das professoras demonstraram uma tentativa de desvincular a sua prática desta discussão, mediante participação apenas colaborativa, já que a família seria o agente indispensável e de maior responsabilidade, sob suas perspectivas.

Destarte, é percebido nas professoras receios ao despertar da curiosidade infantil. Em contrapartida, Souza (2017) alegou que o comprometimento com o trabalho da sexualidade na infância não implica, necessariamente, em formalizar a educação para sexualidade em turmas da Educação Infantil:

No entanto, é de extrema importância que a escola se comprometa em trabalhar com sexualidade desde a infância, o que não significa dar aula de educação sexual para crianças pequenas, mas de tratar com naturalidade quando as crianças descobrem seus corpos, responder suas perguntas com tranquilidade e sem alarme (Souza, 2017, p. 26-27).

Antes de tudo, é interessante salientar que aulas desta área do conhecimento para os sujeitos infantis têm, sumariamente, o comprometimento com a conscientização da criança de que o seu corpo não pode nem deve ser tocado sem consentimento. Logo, não seriam tão somente trabalhos pontuais em eventuais ocasiões, mas assumir um novo posicionamento diante dos processos de diferenciação dos sujeitos, seja de maneira mais comedida, oculta, seja de forma mais evidente, exposta (Silva, Alves, 2020).

Por fim, a autora identificou nas falas das educadoras uma vontade de vigiar as manifestações sexuais das crianças, e a curiosidade inerente a esta fase pareceu ser vista como algo não natural e, portanto, passível de ser posto em vigilância (Souza, 2017). As estratégias de governo e vigilância são convergentes, pois constituem o fundamento necessário para a construção dos regimes de verdade. Desta forma, interpelar os instrumentos de normalização perpassa por um campo de possibilidades capaz de desestabilizar a naturalidade às quais se legitimam certas práticas e discursos. Com efeito, isto implica colocar o normal em análise, além de se objetivar refletir a respeito dos modos adotados pelo espaço escolar - projeto político pedagógico, gestão, coordenação, docentes e discentes - responsáveis por acrescer racismos, LGBTfobia, capacitismo, misoginia, etc. (Louro, 1997).

A produção sucedida por Maria Widemarcia da Silva Oliveira (2014), “Educação Sexual na Educação Infantil na escola Cônego Bernardo”, elencou três perguntas problematizadoras: Qual a importância de trabalhar a sexualidade na Educação Infantil? Como esta dimensão está sendo trabalhada? Quais as manifestações da sexualidade da criança mais comuns nesta fase escolar (Educação Infantil)?

O objetivo geral da pesquisa foi compreender a forma de abordagem acerca da sexualidade na Educação Infantil na escola campo. Já os objetivos específicos giraram em torno de contextualizar historicamente a sexualidade, observar as propostas curriculares da instituição escolar diante da Educação Sexual e analisar as perspectivas e práticas das professoras entrevistadas mediante as interseções entre as questões da sexualidade e a Educação Infantil (Oliveira, 2014).

Quanto à metodologia, foram selecionados dois tipos de métodos de pesquisa: campo e descritiva, o instrumento de coleta definido foi uma entrevista com 5 professoras da Educação Infantil da Escola Cônego Bernardo, município de Coremas-PB. A produção analisada

pertence à modalidade a distância do curso de Pedagogia da UFPB (Oliveira, 2014). De modo diferente da maior parte dos estudos analisados, com o enfoque nas questões de gênero, este trabalho centrou o foco em volta da sexualidade.

Oliveira (2014), logo nas primeiras observações, apontou o fato de as educadoras demonstrarem um conhecimento abrangente quanto à sexualidade, sobretudo em relação às manifestações durante o cotidiano escolar; as brincadeiras, o modo de interagir com colegas, a curiosidade foram alguns dos elementos sinalizados por elas. Em compensação, o questionamento concernente aos modos de abordagem da sexualidade nas salas de referência revelou, mais uma vez, um certo temor por parte das professoras em dialogar a respeito de tais questões com as crianças, algo mais pertinente quando as perguntas partem delas enquanto curiosidade.

A escola é viva, no sentido de operar conforme os ditames da sociedade ocidental: possui um afluxo de mecanismos de poder, produtor de diferenças, de hierarquias, e os sujeitos participam de maneira ativa nas suas reiteraões e, também, contestações (Louro, 1997). A forma como se organiza, planeja, examina, enuncia, sanciona e legitima anuncia o espaço escolar enquanto um lugar jamais imparcial - apesar de, em alguns casos, se dizer o contrário -, pois constrói significados, relevantes para uns, distantes para outros interfere nas subjetividades, denota compromisso com a promoção de determinados conhecimentos e certas formas de repassá-los. Enfim, é lugar de poder.

Oliveira (2014), afinal, constatou a presença marcante de um medo incutido na prática docente quando frente à educação para sexualidade e, mesmo com uma compreensão mais ampla das entrevistadas sobre sexualidade, ainda assim foi manifesta a defasagem na formação inicial e continuada destas agentes educativas para se trabalhar com os temas. A escola, por sua vez, não apresentou nenhuma proposta pedagógica a fim de se discutir tais questões.

Outro trabalho oriundo do curso de Pedagogia à Distância da UFPB é o de Maria das Dores Fonseca Ribeiro Santos, mais recente, realizado no ano de 2021, intitulado “Gênero no espaço escolar: diferentes, mas não desiguais”. O problema de pesquisa percorrido refletiu sobre como as construções de gênero se constituem na Educação Infantil.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as construções de gênero na Educação Infantil numa escola municipal de Mamanguape-PB. Os específicos, por sua vez, foram a apresentação de um recorte histórico acerca dos conceitos de gênero, escola e educação infantil; a análise das questões de gênero na legislação brasileira no contexto educativo e, para

finalizar, as maneiras em como lidam as educadoras entrevistadas com as problemáticas de gênero na rotina das salas de referência (Santos, 2021).

O método utilizado foi a pesquisa qualitativa e aplicação de uma entrevista para duas professoras da rede municipal de Mamanguape-PB. Este trabalho também é oriundo do curso de Pedagogia a distância da UFPB. Uma das educadoras entrevistadas possui pós-graduação em Gênero e Diversidade na Escola pela UFPB. Santos (2021, p. 35) pontuou que, dentre as escolas convidadas a participar do estudo, apenas a da pesquisa aceitou colaborar. O argumento para a negação restringiu-se a “não possuir domínio suficiente do assunto”.

O trabalho desenvolvido trouxe à tona questionamentos relativos ao conceito de gênero e os desdobramentos no cotidiano escolar da EI. Apesar de as falas das entrevistadas terem expressado um entendimento adensado quanto ao significado de gênero, ainda assim, foi explicitada nas narrativas o distanciamento destas discussões da Educação Infantil. Em contrapartida, ressaltaram as dinâmicas relacionais entre as questões de gênero, étnico-raciais, de religião, condição socioeconômica (Santos, 2021).

Quando pensado uma pedagogia queer, é proposta as contínuas refutações a respeito da marginalidade ocupada pelo outro (a criança, as transgeneridades, as questões étnico-raciais etc) na organização curricular, nas políticas de acesso e permanência, na disposição do espaço. O adulto, o heterossexual, o branco, o cristão, representam os desdobramentos dos efeitos da produção discursiva da verdade, por intermédio dos dispositivos históricos de poder, legitimadores de um cenário gerador de processos hierarquizantes (Louro, 2001). Na escola, as teorizações queer refletem acerca das disputas e interações entre aquilo considerado normal e o digressor. As resistências causadas, justamente, pelas tentativas de assimilar a estranheza, de incorporar os mecanismos de regulação de modo continuado, são reiteradas no cotidiano escolar mediante uma gama de signos, comandos e referências institucionais.

As educadoras externaram a ausência destas questões de gênero no Plano Municipal de Educação, e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da referida escola não contemplava nada relacionado ao tema. Assim, não se sentiam confortáveis em abordar o assunto com as crianças devido ao fato de identificarem “certas lacunas no trabalho desenvolvido por elas dentro das salas de aula” (Santos, 2021, p. 37-38).

O arranjo das rotinas no interior das salas de referência também configurou como um dos tópicos de análise da pesquisa. Ao contrário dos estudos analisados anteriormente, nos quais o reforço, a generificação dos brinquedos e condutas das crianças era reiterado de modo contínuo pelas educadoras, as entrevistadas deste referido trabalho relataram buscar ao

máximo incentivar as meninas e meninos a brincar juntos e com todos os brinquedos disponíveis, no intuito de impossibilitar situações discriminatórias e tornar as experiências mais equânimes (Santos, 2021).

Os adultos e crianças interagem, no interior da rotina escolar, com o dispositivo da sexualidade, seus mecanismos de poder, moldadores de uma pedagogia cada vez mais enunciativa dos saberes produzidos a respeito de tais questões. Rizza e Ribeiro (2017) elencam os incentivos à formação continuada, a inserção de materiais didáticos e demais políticas do âmbito educacional como catalisadores de uma maior proeminência das discussões sobre gênero e sexualidade.

Nos estudos desenvolvidos por Souza (2017) e Araújo e Bezerra (2017), as professoras apresentaram fortes narrativas permeadas por discursos de normalização da sexualidade, reforçadores de uma concepção binarista de gênero. Por outro lado, as educadoras entrevistadas por Santos (2021) reiteraram a não conformidade diante de cenários de desigualdade e condutas discriminatórias por parte das crianças. Uma delas, inclusive, relembrou uma passagem de quando um menino estranhou a colega receber carrinhos para brincar, ao invés de bonecas. De antemão, procurou refutar a fala dele ao informá-lo que todas as meninas tinham o direito de brincar com o brinquedo à sua escolha, e utilizou o exemplo de mães e mulheres dirigirem a fim de tornar mais concreto:

(...) as mesmas relatam que dentro do seu cotidiano escolar as atividades desenvolvidas, sejam elas lúdicas ou escritas, são sempre pensadas para meninos e meninas, sem que haja a necessidade de separá-los, educando-os de forma igual, oportunizando a todos/as condições de desenvolvimento e crescimento, por meio do qual se promoverá o respeito e a tolerância com o diferente (Santos, 2021, p. 40).

Silva (2014) pesquisou a respeito da construção do autoconceito de gênero nas crianças da Educação Infantil, e detectou nas interações entre os pares discursos oriundos de uma lógica normalizadora e dicotômica das experiências infantis: os meninos constantemente afirmavam que tais brincadeiras ou comportamentos não eram aceitáveis por compreender atributos “femininos”.

Louro (1997) traz uma parte de suas experiências na escola, e mostra os efeitos resultantes das práticas de vigilância, das prescrições enunciadas no cotidiano, dos comportamentos corrigidos, ensinados, regulados, admoestados na constituição dos corpos femininos e masculinos modernos.

Uma das professoras relatou, entretanto, situações em que meninos se recusaram a participar de uma atividade de dança com músicas da Xuxa por não considerarem “coisa de menino”. Apesar de tentarem promover um espaço mais aberto às particularidades de cada

sujeito, a prática docente não acontece somente a partir dos esforços dos educadores. Portanto, Santos (2021, p. 42) asseverou a necessidade da promulgação de leis e parâmetros curriculares “mais específicos sobre a temática de gênero” a fim de tonificar o arcabouço teórico-metodológico dos agentes educacionais.

A realização da pesquisa já se deu no período da consolidação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enquanto documento legal e normativo do ensino básico brasileiro. As questões referentes à sexualidade e gênero são bastante delimitadas, sobretudo à área das Ciências Biológicas e ao 8º ano do Ensino Fundamental II.

Por último, temos o estudo feito por Karla Firmino da Silva em 2016, “Pedagogia da Sexualidade: o papel do professor”. Enquanto problema de pesquisa, buscou ponderar acerca de como as professoras da EI percebem a dimensão de seu papel pedagógico em relação à sexualidade infantil na escola. Entretanto, pareceu existir uma confusão quanto ao emprego do termo Educação Infantil, visto que as professoras entrevistadas eram todas correspondentes aos anos do Ensino Fundamental I, além de uma educadora da Educação Especial:

O estágio foi realizado na Educação Infantil. Conversamos com as professoras do primeiro, segundo, terceiro, quarto anos e a professora de educação especial. A partir de observações feitas na escola de educação infantil, analisamos as falas e atitudes dos professores em relação à explicação, orientação e diálogo aberto sobre a temática da sexualidade perante as crianças (Silva, 2016, p. 27).

O objetivo geral estabelecido foi conhecer a dimensão atribuída pelas educadoras ao seu papel pedagógico relacionado à sexualidade infantil. Os objetivos específicos, logo, se distribuíram em estudar certos aspectos da história da sexualidade; compreender de modo teórico o papel pedagógico do professor na EI e pesquisar qual a compreensão basilar dos professores a respeito do seu papel mediante uma pedagogia da sexualidade (Silva, 2016). O percurso metodológico foi a pesquisa de método qualitativo. O instrumento de coleta de dados adotado foi a entrevista mediante aplicação de questionário.

A organização do currículo é o território em que se materializa, de forma mais contundente, a disputa de interesses dos enunciados científicos, de pressupostos teórico-metodológicos, dos discursos da verdade, na qual a sexualidade, campo secreto, mas perscrutado, precisa desenvolver a legitimação de uma lógica cisheteronormativa das relações sociais. E, dessa maneira, realizar as distinções necessárias e modos de reiteração, acionados quando insurgem resistências, tímidas ou gritantes, no espaço escolar (Britzman, 1997). Outra professora assegurou que o uso de livros didáticos sobre a discussão seriam mais uma forma de abordar questões de gênero e sexualidade de maneira significativa com as crianças (Silva, 2016).

Finalmente, Silva (2016) considerou ser pertinente aos educadores o investimento na qualificação com vistas a aperfeiçoar a prática pedagógica, a fim de manejar situações cotidianas que envolvam gênero e sexualidade de modo mais efetivo.

A partir das análises sucedidas, é reforçada a ideia de necessidade em expandir cada vez mais as discussões pertinentes às questões da educação para sexualidade. A quantidade baixa de trabalhos que buscam refletir sobre as narrativas de professores a respeito deste debate parece demonstrar, ainda, um certo receio de mexer em um vespeiro. Tais produções podem consubstanciar novas formas de intervir no processo de formação inicial dos docentes, a fim de contribuir para a interpelação de práticas pedagógicas conservadoras ou até ditas emancipatórias, mas que ocultam seu caráter normalizador.

O educador, ao materializar as atitudes queer, tem a oportunidade de repensar, interpelar e desconstruir a prática pedagógica, de abandonar os binarismos, de tomar para si a possibilidade de não ter certeza, mas questionar e movimentar-se neste emaranhado de poderes institucionais, a fim de abrir caminho para a subversão da ordem (Louro, 2001). Portanto, o ato de apropriar-se das produções discursivas sobre o currículo pedagógico traduz uma das maneiras de perturbar a normalização das prescrições adultocentradas, embranquecidas e dicotômicas (Silva, Alves, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa da conclusão, esta pesquisa teve como objetivo primário analisar as produções acadêmicas realizadas em torno das narrativas de professoras de Educação Infantil em creches e escolas e discentes dos cursos de Pedagogia, Pedagogia à Distância, Educação do Campo e Psicopedagogia da UFPB.

Mais a fundo, se propôs, também, a apresentar as articulações entre a emergência da Infância (Phillipe Ariès (1986), Neil Postman (1999), Michel Foucault (2018; 2020), Isabel Bujes (2001) e a Educação Infantil a partir de uma contextualização histórica; b) analisar o discurso em torno do gênero e sexualidade na infância com base em Guacira Lopes Louro (1997; 2001; 2001), Michel Foucault (2018; 2020), Constantina Xavier Filha (2015; 2021), dentre outros, acerca do poder e regulação; c) identificar como as produções acadêmicas realizadas em torno das narrativas de professoras de Educação Infantil em creches e escolas e discentes do curso de Pedagogia, Pedagogia à Distância, Educação do Campo e Psicopedagogia aproximam-se ou se distanciam da discussão a respeito da educação para sexualidade.

A infância e a sexualidade, dispositivos históricos de poder, são atravessados por uma gama de técnicas de controle, regulação e governo, no sentido de produzir uma lógica normalizada e, ainda, uma extensa vontade de saber sobre aquilo posto à margem da fronteira. Assim, essa perspectiva pode relacionar-se ao fenômeno de estranhamento do “outro”. A repulsa por objetos, práticas, experiências e tudo o que concerne à existência deste sujeito diferente é posta em evidência ao se tentar atacar e extinguir quaisquer traços que destoam do normal.

As crianças são, antes de tudo, as maiores contestadoras desta estabilidade da normalização. Por conseguinte, a curiosidade, perguntas e condutas começam a ser esquadrinhadas desde a tenra idade, a fim de incutir nos sujeitos infantis práticas e discursos hegemônicos.

É imprescindível, de igual modo, compreender a constituição da escola em uma instituição de poder. Nada pode fugir a esta análise, sejam a arquitetura, as pinturas, a disposição espacial da sala, os sujeitos e suas nuances, narrativas, a gestão do tempo; por produzir diferenças, ela também facilita que alguns grupos percebam o tempo e outros fatores de modo distinto dos demais. Isto se deve, antes de tudo, aos processos de diferenciação característicos na constituição escolar, embora o fenômeno ocorra em todos os âmbitos da vida.

Já dito anteriormente, os sujeitos são constituídos e, igualmente, se constituem pelas diferenças: as afirmam, abraçam, interpelam ou rejeitam por completo. As estratégias pedagógicas objetivam distinguir as nocividades, não apenas aquelas com potencial para interferir na aprendizagem e desenvolvimento cognitivo do aluno, e sim a quaisquer perturbações das verdades inscritas na “ordem” dos fatos. Por outro lado, a própria instituição escolar permite a existência desse “nocivo”, pois dele necessita com vistas a ratificar a credibilidade de seus discursos e práticas.

A instituição escolar tenta dirimir as problemáticas erguidas em torno da sexualidade e gênero, ao não se colocar como um espaço adequado a tais discussões e, num movimento paradoxal, constitui práticas, ressoa discursos, produz saberes relativos ao dispositivo da sexualidade, seja de maneira mais ou menos explícita.

A construção dos espaços educacionais e o investimento crescente em políticas direcionadas a tal área revelam a intenção do projeto biopolítico concernente a sociedade moderna: a partir da proteção à infância - infância enquanto dispositivo de poder -, se garantem possibilidades de continuar a expandir o controle sobre os corpos, através do implemento de técnicas de intervenção cada vez mais sofisticadas e internalizadas nas relações intersubjetivas.

A pesquisa atingiu os objetivos, em virtude de ter sido exposto os conceitos referentes à emergência da infância, a pedagogização deste fenômeno, e sua constituição enquanto dispositivo histórico de poder no primeiro capítulo. Em seguida, a segunda parte da discussão teórica fez delineamentos relativos à conceituação de pedagogia das sexualidades e os modos pelos quais a instituição escolar é historicizada e penetra as subjetividades dos sujeitos em seu interior.

Assim, os resultados obtidos mediante o Estado da Arte realizado indicam haver, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), uma quantidade baixa de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) com vistas a discutir as narrativas de educadores e discentes acerca da educação para sexualidade em creches e pré-escolas. No Repositório Institucional, há o quantitativo de 19 produções relativas ao objeto de estudo, no entanto, somente 4, respeitante às falas de professoras da EI, correspondem ao recorte da Educação Infantil. O outro trabalho comete um equívoco ao classificar professoras do Ensino Fundamental enquanto docentes da EI. Já os estudos sobre as narrativas dos discentes analisados não trazem perguntas mais específicas aos entrevistados acerca da Educação Infantil. Para a análise nesta pesquisa, foram selecionados 10 TCC's com maior proximidade à discussão sobre educação para sexualidade.

Deste modo, é possível inferir o fato de a etapa da Educação Infantil não ser vista como um dos momentos propícios para abarcar este tipo de discussão, visto, muitas vezes, dissimuladamente, como incentivadora de “más condutas” por parte das crianças.

Os autores chegaram a resultados que fortalecem a relevância da educação para sexualidade tanto em âmbito acadêmico quanto a partir dos primeiros anos na escola. As narrativas, sobretudo de professoras da EI, em certas partes, repercutiram discursos da norma, embora também apresentassem o sentimento de sentirem-se podadas pelas famílias na execução de suas práticas pedagógicas. De natureza igual, é bastante axiomático confusões conceituais concernentes a gênero e sexualidade, seja nas falas de discentes ou docentes, e este cenário revela preconceitos e atitudes discriminatórias sutis em determinadas respostas.

É interessante levantar questionamentos acerca dos motivos do componente curricular Educação Sexual não figurar como componente curricular obrigatório nos cursos do Centro de Educação (CE). Visto que durante o cotidiano escolar são vivenciadas variadas experiências que demandam do professor maior preparação durante o processo formativo inicial para lidar com as questões surgidas. Logo, o docente pode passar a interpelar a própria prática e incorporar na rotina possibilidades de criar um ambiente educacional mais disruptivo e questionador.

O campo pedagógico-escolar, por sua vez, segue uma agenda curricular, moral, estética e ética que visa o ocultamento das linguagens da sexualidade, sobretudo aquelas relacionadas às práticas sexuais silenciadas. É, por essa razão, que as manifestações de sexualidades subversivas apontam para um caminho de se alcançar outros modos de compreender as relações humanas, no interior de suas particularidades, potencialidades, da vontade de não mais resistir e, sim, viver.

Enquanto lugar e ação de resistência, a pedagogia queer aponta para novos caminhos teórico-metodológicos, em que a perturbação de uma matriz curricular brancocentrada, cisheteronormativa e normalizada. Na Educação Infantil, em especial, tais desestabilizações perpassam, sobretudo, pela valorização da curiosidade da criança. A partir dela, começa a ser possível introduzir diálogos que refutam os processos de diferenciação tão constantes no ambiente da creche e escola. As contações de história mediante livros que façam interface com questões étnico-raciais, de gênero, sexualidade, condições físicas, nacionalidades, práticas religiosas, etc, oportuniza a abertura destas conversas, através de uma mediação dialógica ativa do educador e da criança.

As práticas pedagógicas queer engendram caminhos propícios a instigar o cruzamento das fronteiras. Desta vez, as expressividades não-normativas, os debates, a dúvida, compreendem um outro jeito de construir os espaços escolares e as creches. São novas formas de discurso, de reiteraões, munidos de desejos, despidos de medos, da moralidade insípida, ocidentalizada. Assim, almejam colocar em questionamento as repercussões da branquitude e cisheteronormatividade nas dinâmicas relacionais; destituindo, antes de tudo, a incontestável percepção de fixidez das categorizações advindas destes conceitos.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BALISCEI, João Paulo. Abordagem histórica e artística do uso das cores azul e rosa como pedagogias de gênero e sexualidade. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v.21, ed. especial, p. 223-244, ago. 2020.
- BEZERRA, Leila Silva; ARAÚJO, Michele da Silva. Relações de gênero na educação infantil: reflexões e práticas das professoras. **Monografia (Graduação em Psicopedagogia)** – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.
- BUJES, Maria Isabel E. Infância e Maquinarias. (2001). **Tese (Doutorado em Educação)** – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/CNE, 2018.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-82, 2001.

CÉSAR, M. R. A. Sexualidade e gênero: ensaios educacionais contemporâneos. **Instrumento - Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, 12(2), 67-73, 2010.

DA SILVA, Karina Ingredy Leite. Autoconceito de gênero em crianças da Educação Infantil. **Monografia (Graduação em Psicopedagogia)** - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

DOS SANTOS, Marcio Antonio Raiol et al. Estado da arte: aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 17, p. 202-220, 2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & sociedade**, v. 23, p. 257-272, 2002.

FIGUEIRÓ, M. N. D; A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual”. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n.98, p. 50-63, 1996.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 8ªed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Teoria queer e educação: Diálogos sobre a diferença. In: **Atravessamentos de gênero, corpos e sexualidade: linguagens, apelos, desejos, possibilidades e desafios...**Rio Grande: Editora da FURG, 2016. 248 p.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 2, mai./ago 2016. Disponível

em:<<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5349/3272>>>. Acessado em: 19 de mar. 2024.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: do estereótipo à representação – argumentando a favor da multiplicidade sexual, de gênero e étnico-racial. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa et al (orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p. 46 -58.

FURLANI, Jimena. Educação sexual na sala de aula: **Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GONDRA, José Gonçalves. A emergência da infância. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, abril. 2010.

GONINI, F. A. C. A produção em sexualidade, gênero e educação sexual na ANPED: estudo analítico-descritivo a partir do estado da arte como opção metodológica. **Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara**. 2014.

LEITÃO, Carla. A entrevista como instrumento de pesquisa científica em Informática na Educação: planejamento, execução e análise. In: PIMENTEL, Mariano; SANTOS, Edméa. (Org.) **Metodologia de pesquisa científica em Informática na Educação: abordagem qualitativa**. Porto Alegre: SBC, 2021. (Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 3. Disponível em: <<https://metodologia.ceie-br.org/livro-3/>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

LIMA, Ana Carolina Alves de. Escola em foco: gênero e sexualidade a partir do olhar de estudantes de pedagogia. **Monografia (Graduação em Pedagogia)** – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2019.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo. **Pedagogização da infância: refletindo sobre poder e regulação**. Goiânia: Revista Inter-ação, vol. 2, n. 33, p. 317-341, jul./dez. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Compondo identidades. In G. L. Louro (Org.), **O corpo Educado: Pedagogias da sexualidade** (2a ed., pp. 14-16). Belo Horizonte: Autêntica. 2001

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

MELO, E. M. O., ARRUDA, D. P., ALENCAR, H. F., & COLAÇO, V. F. R. O dito e o não dito na educação sexual: uma produção discursiva. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 30(2), 346-361, 2010.

MEIRELES, Gabriela Silveira. A Infância nas tramas do poder: um estudo das relações entre crianças na escola. 2008. 144 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

MOKWA, V. M. N. F. Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista. **Dissertação**, 274f, 2014.

MORUZZI, Andrea Braga. A infância como dispositivo: uma abordagem foucaultiana para pensar a educação. **Conjectura: filosofia e educação** (UCS), v. 22, p. 279-299, 2017.

OLIVEIRA, Maria Widemarcia da Silva. Educação sexual na educação infantil Escola Cônego Bernardo. **Monografia (Graduação em Pedagogia à Distância)** - Universidade Federal da Paraíba. Coremas, 2014.

POSTMAN, N. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RIBEIRO, Marcos. Pesquisa aponta que 74% dos professores do ensino fundamental 1 não tiveram aula de educação sexual. **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação**, 2020.

Disponível

em:

<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/73500-pesquisa-aponta-que-74-dos-professores-do-ensino-fundamental-1-nao-tiveram-aula-de-educacao-sexual>.

Acesso em: 15 de maio, 2023.

RIZZA, Juliana Lapa; RIBEIRO, P.R.C. Quem pode falar? E o que pode ser dito? Problematizando a sexualidade em cursos de licenciatura. IN: VILAÇA, Teresa et al. Investigação na formação e práticas docentes na educação em sexualidade: **contributos para a igualdade de género, saúde e sustentabilidade**. 1ªed. Braga: Universidade do Minho, v. 91-104. 2017.

SANTOS, Jailson Batista dos. Os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade: uma perspectiva da diversidade sexual no curso de Pedagogia - Educação do

Campo. **Monografia (Graduação em Pedagogia do Campo)** - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SANTOS, Maria Das Dores Fonseca Ribeiro. Gênero no espaço escolar: diferentes, mas não desiguais. **Monografia (Graduação em Pedagogia à Distância)** - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SILVA, Antonis Pereira da. Ih!!! Tem “viado, sapata”... Gênero e suas novas expressões na escola. E o que x pedagogx tem aver com isso!!!?: uma análise na formação inicial de estudantes do Curso de Pedagogia/UFPB campus I nas temáticas de gênero e diversidade sexual. **Monografia (Graduação em Pedagogia)** - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

SILVA, Karla Firmino da. Pedagogia da sexualidade: o papel do professor. **Monografia (Graduação em Pedagogia)** - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SILVA, Robson Guedes da; ALVES, Karina Mirian da Cruz Valença. Interrogações queer ao currículo: subjetividades, diferença e educação. **Revista Fórum Identidades**, v. 32, n. 1, p. 149-161, jul.-dez., 2020.

SILVA FILHO, Luís Massilon da; CARVALHO, Mário de Faria. O estado da arte das pesquisas sobre corpo, transexualidade e educação no brasil. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 58, p. 330-340, 2021.

SILVA, Robson Guedes da; SANTOS, Mitz Helena de Souza. Escola e LGBTfobia: articulando possibilidades educativas para uma vida vivível. **Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 3, p. 13-23, 1 nov. 2021.

SILVA, Wenny Tuanny Lira da. Os reflexos da discussão de gênero no processo inicial de formação da (o) pedagoga (o). **Monografia (Graduação em Pedagogia)** - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SOUZA, Sandra Ferreira de. A sexualidade das crianças na perspectiva das professoras de educação infantil de uma escola do município de Mamanguape/PB. **Monografia (Graduação em Pedagogia)** - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

VERMELHO, Sônia Cristina; AREU, Graciela Inês Presas. Estado da arte da área de educação & comunicação em periódicos brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 1413-1434, 2005.

XAVIER FILHA, Constantina. Gêneros e sexualidades na formação docente entre dores e delícias: problematização. **Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 167-183, 2021.

XAVIER FILHA, Constantina. Sexualidade e identidade de gênero na infância. **Revista Diversidade e Educação**, v. 3, n. 6, p. 14-21, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/viewFile/6375/4281>. Acesso em: 15 fev. 2024.